

EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA & SOCIEDADE

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS



TIAGO SILVIO DEDONÉ
(ORG.)



SYNTAGMA



Capa > Hertz Wendell
Diagramação > Hertz Wendell
Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos
Revisão > Josemara Stefaniczen
Produção Eletrônica > Syntagma Editores

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)
Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

E24 Educação, Segurança Pública e Sociedade: perspectivas contemporâneas. / Organizado por Tiago Silvio Dedoné – Londrina : Syntagma Editores, 2021.
122 p.

ISBN: 978-65-88724-20-0

1. Educação. 2. Segurança Pública. 3. Sociedade. I. Título. II. Dedoné, Tiago Silvio.

CDD: 370 / 350

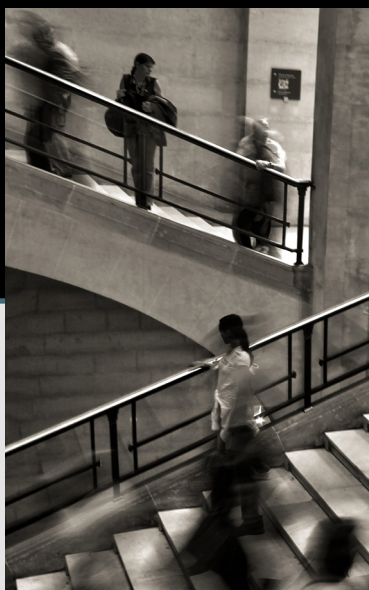
CDU - 37 / 35



SYNTAGMA

Syntagma Editores Ltda., Londrina (PR), 31 de julho de 2021.

www.syntagmaeditores.com.br



SUMÁRIO



PREFÁCIO

9

Capítulo 1

**Linguagens e ecossistemas
comunicacionais democráticos:
o processo de ensino pautado na
democratização de vozes**

Tiago Silvio Dedoné

13

Capítulo 2

**Polícia Militar e Integração Comunitária:
o papel de programas educativos e
de prevenção**

Fábio Natal Pimentel

25

Capítulo 3

**Os desafios da Educação no Trânsito:
reflexões sobre conscientização e
segurança pública**

Giovani de Oliveira Durães

36

Capítulo 4

Escola Cívico-Militar: reflexão sobre o papel da comunicação e das tecnologias como recursos para dinamização pedagógica

Jader Aparecido Camilo

49

Capítulo 5

Os desafios da Educação Física Escolar em tempos de pandemia: aportes reflexivos sobre processos de ensino e aprendizagem, dilemas de interação e aulas remotas

Kelly Angelina Dedoné de Freitas

60

Capítulo 6

Educação, Esporte e Cultura como instrumentos de combate à violência e criminalidade: atuação da Polícia Militar no âmbito da prevenção em comunidades vulneráveis

Kelly Pagnardi Bonfim

69





Capítulo 7

Constructos sociais: mecanismos para segurança pública e garantia de direitos em tempos de pandemia

Luiz Ricardo dos Santos

78

Capítulo 8

Reflexões sobre saúde psicossocial do profissional de Segurança Pública: um constructo de análise

Luiz Ricardo dos Santos

88

Capítulo 9

Representações e perspectivas psicossociais: o agente de segurança pública e o seu papel social na comunidade

Renata Mariely dos Santos

99

Capítulo 10

Interfaces em comunicação
e educação: uma estratégica
construção de novos paradigmas

Tiago Silvio Dedoné

109

AUTORES

121





PREFÁCIO

PREFÁCIO

A sociedade da informação e as representações sociais

Tiago Silvio Dedoné

Pensar os aspectos organizacionais que orbitam a sociedade perpassa pela compreensão de dois polos norteadores muito importantes: a sociedade da informação e a representação social dos sujeitos. Temos observado uma série de pesquisas e reflexões sobre até que ponto se opera as relações de diálogos entre os sujeitos nas múltiplas agências de socialização existentes, bem como as intervenções e mobilizações possíveis que advém deste ecossistema comunicacional que se espera, sempre, de forma democrático. Esta obra busca, sob o viés de três nortes estruturantes – a educação, a comunicação, a segurança pública –, entender especificidades que perpassam pelo reconhecimento da subjetividade humana, as identidades e representações sociais. Aliás, este constructo é um conjunto de temáticas que se relacionam à ideia de uma sociedade integrada.

Ao analisar os textos dos autores desta obra percebi a importância das intersecções. A interdisciplinaridade temática é uma constante em todos os campos da ciência, já que consolida-se complementando sentidos, valores e leituras subjetivas sobre a própria conjuntura social. Os sujeitos atores representados nestes textos, sejam eles das áreas da educação, da comunicação, alunos e professores, gestores e profissionais agentes da segurança pública, artistas ou outros sujeitos representados, relacionam-se em um mesmo espaço temporal e um mesmo cenário social. Vivenciamos as experiências das intersecções temáticas, convidando-nos a direcionar a ótica à

globalidade. Somos sujeitos isolados em nosso constructo temático. Já não há mais espaços e tempo para este reducionismo. Todas as convergências se estabelecem na contemporaneidade, muito fortemente embasadas pelo advento das novas tecnologias, cada dia mais cheia de possibilidades. Mas não é só isso: o olhar livre e aberto para refletir a sociedade também passa pela forma como lidamos com a alteridade e com o olhar que direcionamos aos temas sociais.

As novas tecnologias, a comunicação enquanto essência dialógica, e as estratégias sociais identificando nestas as possibilidades para o bom desenvolvimento interativo e social, são mecanismos que podemos observar como possibilidades para coeficientes afirmativos. Espero que estas leituras possam contribuir com o direcionamento de ótica dos leitores acerca dos temas, aqui, abordados e refletidos.



1

Linguagens e ecossistemas comunicacionais democráticos: o processo de ensino pautado na democratização de vozes

Tiago Silvio Dedoné

Sistematizar os códigos para a linguagem é uma das principais estratégias para mobilizar uma comunicação eficaz, principalmente, quando esta ação norteia os sentidos dialógicos nos ambientes de socialização, como a escola. Este processo de ampliação de coeficientes comunicacionais, embasado em concepções semânticas, de significados, norteia uma área de pesquisa contemporânea muito atrelada aos campos da interface comunicação e a educação: os ecossistemas comunicacionais. O campo destaca uma ótica empregada nos estudos da cognição e a comunicação, ou seja, o estudo da forma como o fluxo informacional, dialógico, circula pelas relações sociais.

Entende-se que este processo de reconhecimento do papel da comunicação enquanto instrumento de embates subjetivos e construção de sentidos, afirma um caminho importante para a democratização dialógica nos ambientes de troca de saber, como a escola, por exemplo, e organiza, de forma horizontal, a troca do saber. Ao dialogar, os sujeitos trocam sentidos e valores, numa constante ação de embate subjetivo. A consequência disso é a construção de novas percepções sociais e culturais. Este embate subjetivo norteia alguns

paradigmas discursivos que antes determinavam os processos de gestão e hierarquização em muitos ambientes.

Como a perspectiva desta pesquisa é a educação e a comunicação - as intersecções dos campos -, a temática do ecossistema comunicacional democrático muda o jeito de fazer gestão educacional, já que chama a liderança de uma instituição escolar à releitura dos processos informativos internos; ou seja, analisa como é o diálogo entre os atores sociais que circulam por este ambiente: professores, diretores, coordenadores, supervisores, merendeiras, profissionais da limpeza, e demais atores sociais. Decodificar onde o fluxo comunicacional encontra os maiores ruídos e barreiras é necessário quando anseia-se a implementação de uma ação dialógica aberta.

O desafio para o educador ou gestor da educação está na absorção conceitual sobre o papel do diálogo na emancipação dos atores da escola. Assim, alfabetização midiática implica uma formação que esteja respaldada em um processo que forneça oportunidade para ouvir e compreender o aluno, como defendia Freire ao criticar o conceito extensionista de educação que, assim como a etimologia da palavra, procura estender algo a alguém, na tentativa de substituir uma forma de conhecimento por outra.

Nessa perspectiva, o autor destaca que a extensão é incompatível com uma educação libertadora. Freire (1987), portanto, pontuou a necessidade de que o sujeito tenha conhecimento, não aquele recebido passivamente, mas, sim, aquele que requer sua presença curiosa e provocadora, que instiga uma busca constante por respostas e necessita que o sujeito veja o mundo de forma curiosa. Dessa forma, ele trouxe à luz a essência social do diálogo, como demonstra o trecho a seguir:

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese, (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la. (FREIRE, 1987, p. 34).

Esta perspectiva construtivista e iluminista do papel do diálogo num ambiente, onde encontram-se tantas subjetividades, contribui, e muito, com o redirecionamento ótico dos projetos político-pedagógicos que norteiam os planejamentos de gestão ao longo do ano. Como destacado, no início desta reflexão epistêmica, a teoria do ecossistema comunicacional, que converge estes dois campos do saber e do pensar – a comunicação e a educação –, busca, como proposta, apresentar ferramentas da comunicação instrumental, como o jornal, o rádio, o podcast, o audiovisual, a fotografia e outros, como recursos para que este fluxo comunicacional aberto e democrático auxilie os educadores e a instituição escolar na ampliação de conhecimentos e dinamizações para os processos de ensino – aprendizagem.

De acordo com Martin-Barbero (2002), a instituição educativa muda quando redireciona sua ótica cultural e papel social, permitindo a inserção das tecnologias e a ciência, transformando os modos de perceber o mundo, de debater perspectivas do pensar-saber-sentir.

Na relação entre Educação e Comunicação, a última quase sempre é reduzida a sua dimensão puramente instrumental. É deixado de fora o que é justamente estratégico pensar: que é a inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual, ou falando de outro modo, pensar no ecossistema comunicativo que constitui o entorno educacional difuso e descentrado em que estamos imersos. Um entorno difuso, pois está composto de uma mescla de linguagens e saberes que circulam por diversos dispositivos mediáticos, mas densa e intrinsecamente interconectados; e descentrados pela relação com os dois centros: escola e livro que a vários séculos organizam o sistema educacional. (MARTÍN-BARBERO, 2002, p. 215).

Esta leitura remete a observação de que o conceito do ecossistema comunicacional não interfere apenas no desenvolvimento social e cultural dos atores envolvidos no ambiente. Não é apenas

uma perspectiva orgânica. Influencia, fundamentalmente, todo um conjunto de estruturas inorgânicas – a gestão, a política interna, a infraestrutura do espaço físico, o fomento de projetos de integração da comunidade escolar.

Observar as análises discursivas, promover aspectos que relacionem a compreensão do papel das estruturas de linguagem no processo de emancipação dos alunos, atuar na perspectiva da dinamização do processo de ensino-aprendizagem, despertar para a prática da leitura e da escrita e, principalmente, atuar na perspectiva da educação para os meios de comunicação, são algumas das reflexões importantes da moderna educação.

Analisar o significado, o processo semântico de uma construção narrativa, requer aportes da subjetividade humana. Portanto, faz-se necessário respeitar a prática do ouvir. Decodificar os processos de construção da informação da mídia de massa, também dentro da escola, para não correr o risco de reproduzir (quando divulgar e trabalhar em atividades pedagógicas) a ausência de pluralidade e de diversidade característica da mídia de massa. Portanto, nada melhor que refletir as epistemologias que relacionem os campos da comunicação e educação; bem como, promover análises comparativas das produções da mídia tradicional, instigando a análise crítica e os aspectos que diferenciam um mesmo tema, quando publicados em vários veículos de imprensa, promove a cidadania, emancipação subjetiva.

Observa-se, também, que esta perspectiva se faz importante para o processo de emancipação educacional, pois aponta-se como uma pedagogia de projetos. Ou seja: o desenvolvimento e produção dos recursos da comunicação na escola contribuem com a ampliação dos ecossistemas comunicacionais entre os atores sociais que permeiam pelo cenário escolar. E isso precisa ser trabalhado desde a formação docente. Além disso, auxilia na modernização do sistema de ensino, atua no redirecionamento de ótica da gestão educacional – quando contempla o enriquecimento dialógico-, bem como desperta talentos, habilidades, competências, planos pedagógicos diferenciados.

Orofino (2005) destaca a influência e abrangência da mídia na escola, já que os vínculos entre as práticas educativas e os processos comunicativos aproximaram-se. Entende-se que a instituição escola, enquanto ambiente formal de aquisição e produção de cultura e aprendizagem, por vezes, tem resistência. Por isso, a urgência de atuar na plena e constante formação de professores aptos aos usos das novas tecnologias.

Freire, uma das principais referências nos estudos sobre processos dialógicos analisa, em suas obras, que o diálogo enriquecido é o cerne de todo processo de construção subjetiva, respeitando as particularidades sociais, culturais, políticas que cada sujeito tem, promovendo, assim, embates subjetivos que possibilitam a construção democrática do saber. A educação, segundo Freire (1971, p. 69): “é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mais um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1971) defende que é preciso, sobretudo, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também na produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Com sua visão progressista, Kaplún (1992) nos possibilita refletir sobre a educação permeada pelas metodologias dinâmicas, inter-relacionadas com a ampliação dialógica e as novas tecnologias, especialmente, o uso do rádio como ferramenta educativa. O psicólogo e linguista russo Vygotsky (1991), que também permeia pela educação pautada na ampliação do coeficiente comunicacional, aprofunda o conceito de aprendizagem como processo social, enquanto o sujeito aprende na interação com o outro.

Em suas reflexões, Soares (2002) propõe alternativas para atividades educativas, a partir das linguagens dos meios de comunicação e das novas tecnologias. Diante desta compreensão do papel da escola como mediadora do processo de emancipação e autonomia dos sujeitos, da delimitação de diretrizes pedagógicas pautadas na modernização do sistema de ensino e na afirmação de uma escola transforma-

dora, dialógica que propicia um reconhecimento do fluxo dialógico como elemento norteador de narrativas emancipatórias, faz-se necessário observar, também, algumas perspectivas da legislação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), de 1996, por exemplo, quando permeada pela orientação pautada em “Códigos, Linguagens e Tecnologias”, convida à reflexão sobre os processos que aportam-se no reconhecimento de dinâmicas estruturantes neste norte de intersecções entre os dois campos do conhecimento. Mas não é só. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 e com início de aplicação na educação do país em 2020, traz em sua competência de número 04, uma diretriz especificamente sobre o uso da Comunicação na escola. Já a competência de número 05, trata da Cultura Digital, outra perspectiva que também relaciona estes campos do conhecimento. E, por fim, os projetos também têm, como aporte, as orientações delimitadas nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente seu Objetivo 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida”.

O desafio da educação no século 21 é proporcionar ferramentas que dinamizem os ecossistemas comunicacionais nos espaços múltiplos do saber e do pensar. Ensinar língua portuguesa - a língua materna - nesta perspectiva contemporânea requer algumas quebras de paradigmas importantes, entre as quais, a proposição de novas ferramentas que modernizem o sistema dialógico, o fluxo informacional e o desenvolvimento das habilidades. Mas é claro que, para isso, faz-se necessário ensinar o aspirante a decodificar os processos de construção da comunicação para, em sequência, poder usar estes novos mecanismos em seus planos de aula.

Mais do que apenas aprender a fazer um vídeo, uma foto, um blog, um podcast, um jornal, o professor precisa aprender quais aspectos orbitam em torno deste binômio, comunicação e educação. Também há uma outra perspectiva de expectativa: o enriquecimento dos coeficientes comunicacionais democráticos dentro destes cenários educativos. E isso não é elemento palpável,

mas de intenso valor quando falamos sobre possibilitar recursos que, além do conteúdo programático, proporcione cidadania, lugar de fala, emancipação.

Essa inter-relação entre estes campos do saber tão complementares e, ao mesmo tempo, tão complexos e antagônicos, tem despertado ao longo das últimas décadas, uma gama de pesquisas e debates acerca de suas respectivas interfaces e significativas contribuições no processo de construção do conhecimento. Estes campos possuem características profundas que, por si só, interessam a todas as demais atividades humanas. Comunicação e educação se perpetuam interligadas.

Entendendo um estágio no qual a comunidade escolar se configura como um local de constante criação e de recriação da cultura, de um ambiente que concretize a troca social de sentidos e de valores, propondo paradigmas, podemos averiguar, então, que este processo só é possível graças aos resultados obtidos, por meio dos caminhos interlocutivos e dialógicos. Nessa ótica, fundamenta-se a necessidade da comunidade escolar rever constantemente seu papel dentro do cenário sócio-político-cultural, no qual está inserida e apropriar-se, cada vez mais, da consciência transformadora e libertadora, a qual acredita-se que traga enraizada plenamente em sua essência.

A comunicação é o caminho. A necessidade deste campo de convergência já vem se firmando como pauta de pesquisa há muitas décadas, ainda que de maneira mais intuitiva e não tão sistematizada. Mas, de duas décadas pra cá, o Brasil se tornou uma referência na práxis desta temática com a criação de políticas públicas, ampliação de debates e a construção epistemológica da Educomunicação; hoje, referência, também, em projetos públicos.

Os norteamentos da LDB e da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, neste viés do uso comunicacional como mecanismos facilitadores do conhecimento, estão se configurando cada vez mais. E é sob o manto de áreas como a Língua Portuguesa, Arte, História, entre outras, que encontra-se legitimado este debate de formação em comunicação e educação, já que entender os processos comunicacionais é importante para a prática docente. Sabemos que

os meios de comunicação fascinam os educandos por serem mecanismos atrativos que propiciam a socialização do diálogo e acabam tornando o aprendizado mais prazeroso, superando as dificuldades e contribuindo para melhorias na autoestima do grupo social.

Com isso, podemos verificar que a educomunicação veio ao encontro das necessidades educativas, despertando, especialmente os professores e gestores educacionais para importância do desenvolvimento de múltiplas atividades diferenciadas, usando os recursos da comunicação, no trabalho pedagógico rotineiro da leitura e da escrita, do registro documental, da expressão artística criativa, das habilidades no uso dos recursos tecnológicos, das múltiplas linguagens.

Não é de hoje que se debate a importância de se estabelecer uma relação teórico-prática entre os campos da educação e comunicação, partindo dos referenciais das estruturas de linguagens. Teórica, que proporcione a possibilidade de fornecer conceitos e paradigmas de análise para as ações experimentais que acontecem no cotidiano e que buscam minimizar os distanciamentos entre o modelo educacional hegemônico e a realidade cada vez mais marcada pela forte presença dos meios de comunicação e de informação de massa na sociedade, na vida dos estudantes e dos professores. Prática, que dê conta do cotidiano contraditório da sala de aula, no qual muitos exemplos e representações ditados por esses mesmos meios determinam cada vez mais a ação educativa e os processos de aprendizagem.

A interface entre a Comunicação e a Educação exige um novo pensar que reestruture os formatos pedagógicos e propõe novas estratégias de intervenção na sociedade que possibilite responder os processos midiáticos e educacionais contemporâneos, perpetuando um fluxo informacional e dialógico enriquecido nas bases da linguagem culta. Esta reflexão se afirma na medida em que, tanto o desenvolvimento tecnológico quanto as diversas alterações econômicas e sociais, como produtores de novos padrões culturais, têm colocado em pauta para a escola a necessidade de um reposicionamento diante do que dela se exige: encaminhamentos intencionais que preparam as pessoas para a inserção crítica e intervencionista na sociedade.

A comunicação apresenta-se como elemento-chave no planejamento, execução e avaliação de todo o processo ensino-aprendizagem, isto é, a gestão da comunicação é parte integrante da gestão de projetos educacionais. A escola exige transformações curriculares que vão desde o planejamento até a avaliação, passando pela formação profissional. Ainda são muitos os obstáculos a serem ultrapassados para se alcançar as transformações necessárias à educação que se idealiza sob o novo paradigma da complexidade, mas os desafios estão sendo superados com o reconhecimento da necessidade de se discutir, principalmente no processo de formação do professor, as tecnologias educacionais.

A educação, hoje, vive o desafio de desenvolver-se sob novos princípios, de reconstruir-se sob um novo paradigma. Não mais é possível adotar currículos tradicionalistas. A sociedade da informação, a sociedade em rede, impõe novas demandas aos indivíduos exigindo que sejam abertos às informações novas que surgem a cada momento e capazes de aprender relacionando os conhecimentos das diversas áreas de conhecimento do mundo. Portanto, o aspecto da intersecção entre Comunicação e Educação, partindo da formação docente, é uma questão de política educacional e, como tal, deve envolver diferentes setores da sociedade em uma discussão permanente, com o objetivo de se definir paradigmas estruturais que contemplem a diversidade cultural e, especialmente, a responsabilidade social sobre aquilo que é oferecido ao público-alvo: a escola.

Conclusão

O professor precisa dominar, ou pelo menos conhecer, estas possibilidades da comunicação para, não apenas dinamizar seus processos pedagógicos, como, também, contribuir com a gestão educacional, compreendendo que há um fluxo de comunicação existente neste cenário, ocorrendo dentro dos espaços do saber. Este “Ecosistema Comunicacional” se faz necessário para que se compreenda a estratégia que pode configurar uma modernização nos sistemas de ensino e ampliação das percepções de mundo dos alunos e dos

demais atores que permeiam por estes espaços. Tudo isso só é possível quando, na formação docente, estas reflexões e ferramentas são disponibilizadas.

Ensinar requer comunicação. Portanto, se faz necessário entender que o processo dialógico enriquece as relações e determina os espaços de troca de saber e pensar, configurando um embate das subjetividades. Todo ser humano é dotado de experiências e leituras de mundo. E isso reflete, também, na forma de operacionalização da prática docente. O desafio que temos, hoje, principalmente com o advento das novas tecnologias, é saber como operacionalizar uma arquitetura de conteúdos significativos.

Este artigo se pautou nesta construção de reflexões sobre o que é fluxo comunicacional e como isso se faz presente, o tempo todo, dentro das relações dos atores sociais que permeiam pelo espaço do ensino. Esta conexão de sentidos firma-se como uma metodologia ativa, dinâmica, que ajuda a fomentar não apenas a comunicação interpessoal, mas, também, o protagonismo, através de projetos que envolvem educação e comunicação. Os professores, hoje, são convidados a refletir, do ponto de vista da formação docente e do ponto de vista da legislação, que já aponta a comunicação e a cultura digital como os recursos necessários para a consolidação de sentidos no espaço educativo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei n. 9.394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 06 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Papel da humanização na educação. **Revista Paz e Terra**, Rio de Janeiro, 1971

KAPLUN, Mário. **A la educación por la comunicación**: la práctica de la comunicación educativa. Chile: UNESCO/Orealc, 1992.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La educación desde la comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e mediação escolar**: pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005. v. 12. (Guia da escola cidadã; v.12).

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão Comunicativa e Educação: Caminhos da Educomunicação. **Comunicação & Educação**, n. 23, p. 16-25, jan./abr. 2002.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1991.



2

Polícia Militar e Integração Comunitária: o papel de programas educativos e de prevenção

Fábio Natal Pimentel

A pergunta que nos faz refletir, todos os dias, é sobre como podemos elaborar um campo estratégico de reflexão e ação que envolva os órgãos de segurança pública e a população inserida em comunidades diversas. Desta forma, alguns tópicos fazem-se necessários observar e permear pela análise reflexiva. A primeira delas, trata-se do papel dos agentes de segurança pública, entre os quais, a Polícia Militar, no fomento de ações de prevenção e até mesmo ações ostensivas para combater criminosos e malfeitores que desestruturam ordens sociais e a paz em comunidades. A missão do policial militar, que arrisca sua vida e empenha seus esforços e segurança na defesa do coletivo através da presença do Estado, é um dos pontos que podemos refletir aqui. Mas, não é só este. Também precisamos destacar o papel dos organismos comunitários em um bairro, ou em uma cidade, compostos por agrupamentos como Conselhos Comunitários, instituições privadas, religiosas, de movimentos culturais e educativos, que integram um coletivo e que também preocupam-se com a esfera da segurança pública. Estas vozes e contribuições fazem-se importantes e estratégicas para o fomento de ações de integração, debates, análises de conjuntura e intervenções.

Focamos em um estado da arte social que nos fazem compreender que não somos isolados, do ponto de vista institucional. Portanto, cada instituição, tem sua função essencial e estratégica para a condução da comunidade, principalmente, no que tange ao desenvolvimento e a paz coletiva. Para que isso se perpetue, precisamos pensar em estratégias que congreguem estas intersecções institucionais, unindo forças e instrumentos de análises. Outro ponto importante nesta esfera, é o da juventude, com suas indagações sobre pertencimento, criatividade, liberdade, justiça social, entre outras pautas bastante frequentes no conjugado de pertencimento social os quais figuram.

A juventude é um importante elo para o desenvolvimento de uma comunidade. Com o advento da internet e a apropriação da juventude nas ferramentas tecnológicas cada vez mais intensamente, eles também ajudam a produzir formas de dialogar, de tecer reflexões e de construir caminhos alternativos para combater malefícios sociais perpetrados pelo crime organizado. Podemos chamar de Comunicação Comunitária, este uso de ferramentas de mídias para construir narrativas verbais e pictóricas que expressam os sonhos e os descontentamentos deste público que, infelizmente, muitos são cooptados pelos criminosos.

Portanto, aqui, estamos falando de reconhecimento social, simbologias, pertencimento, lugar de fala e esperança. E como isso pode se relacionar positivamente com o campo da segurança pública? O título deste artigo permeia pela essência da integração, e isso só se faz com relações abertas e comunicacionais. Sabemos que, com o passar do tempo, os criminosos avançam em formas de cooptar novos adeptos, quase sempre ofertando uma vida fácil, com bons rendimentos financeiros e até mesmo jogando a psicologia da comunicação, destacando, aos futuros cooptados, que poderão dar boas condições de vida às famílias. Esta é uma das formas que embasam os discursos de muitos que entram no mundo do crime. Mas é uma falácia muito perigosa, já que terão, em um dado momento, que prestar contas com a justiça.

Para buscar a eliminação destes processos é preciso estar presente nos espaços das comunidades, dialogando, ajudando a construir relações de confiança, estabelecendo projetos de desenvolvimento e proteção à comunidade. É justamente esta integração que faz parte do planejamento estratégico de comunicação que se faz necessário construir entre estes polos de atores sociais. Na escola, por exemplo, há muitos anos se prospecta projetos como este, focados nesta integração. Palestras com policiais, presença deles na porta da escola através da Patrulha Escolar, frequente presença dos policiais nos projetos culturais e sociais da instituição educativa e boa relação. A ideia é gerar empatia e confiança, caminhos importantes para chegar ao coração das crianças e, com isso, proporcionar um bom estado da arte social que culmina em desenvolvimento comunitário.

É importante esta compreensão porque o aspecto simbólico nas relações é determinante para a boa condução social no espaço do cenário onde estão inseridos. A presença da Polícia Militar nos espaços das comunidades, especialmente as comunidades em vulnerabilidades ou nos espaços educativos, podem gerar receios em muitas crianças, jovens e moradores, por conta do medo de geração de conflitos. Não é difícil encontrar crianças, em escolas, que têm medo da polícia, porque o pai ou irmão, foram presos. O jogo discursivo de contraposição, a missão social dos agentes de segurança pública acaba redirecionando a ótica dos sentidos. É em razão deste e de outros diversos exemplos, que se fazem importantes a integração comunitária pautada em projetos comunitários ou educativos que reúnam estes atores para que ampliem cada vez mais as informações e a compreensão de que os policiais são atores importantes da sociedade, cujo a missão é o de proteger e defender o povo contra malfeitores e criminosos, quando estão a praticar atos de violência contra o povo.

Não é uma tarefa fácil desconstruir sentidos nesta vertente, mas, possível e necessária, já que uma das armadilhas do crime organizado é justamente trabalhar com a construção de narrativas discursivas que pairam pela descontextualização da missão nobre dos agentes de segurança. Um exemplo desta relação positiva e de

formação social são ações como o Proerd – Programa Nacional de Resistência às Drogas. Um projeto que envolve os alunos, a polícia, a escola, as famílias e toda a comunidade escolar em ações educativas, artísticas, de leitura e escrita e de conscientização sobre a importância da integração da comunidade com os agentes de segurança pública, no enfrentamento de crimes e violências. É um esforço cooperativo, voltado à formação de crianças e jovens preparados para enfrentar e dizer “não” aos aliciamentos.

Os resultados são impressionantes. O projeto, desenvolvido em várias cidades do Brasil, atua como eixo transversal nas escolas, em horários que não colidem com a educação formal. Portanto, é um projeto complementar. Uma parceria é estabelecida entre as prefeituras – através das Secretarias de Educação -, e a Polícia Militar – quem gerencia o projeto -, estabelecendo a metodologia, o cronograma, o plano de ação, os objetivos, os estudos sobre os públicos-alvos e como irão mediar estes passos de aplicação de debates e formações sociais e de cidadania.

Entre as características deste projeto, que espelhou-se em um outro projeto semelhante desenvolvido nos Estados Unidos, está a comunicação interpessoal, a forma como lidar pedagogicamente e didaticamente com as crianças que encontram-se em pleno processo de formação biopsicossocial. Trabalhar a pavimentação de caminhos, no campo dos sentidos, que atue na elaboração de narrativas é uma forma importante de contextualização. E, para isso, os policiais que integram este projeto são capacitados para atuar nesta forma lúdica e clara, objetiva e sensível, no fomento das orientações. Aliás, muitos destes policiais também têm formações nas áreas docentes. Isso facilita bastante o trabalho e o planejamento didático.

Esta atuação, em projetos como o do Proerd, relaciona a arte, a escrita, a leitura, a expressão, a criticidade. Há cartilhas, como material didático; mas, há, também, músicas, danças, teatro. No final de um determinado período destinado à esta formação, acontece a formatura coletiva, onde todos os alunos, professores, familiares, autoridades, representantes de instituições comunitárias e imprensa, são

convidados a apreciarem e a contemplarem este momento que consagra a formação cidadã destas crianças. Durante a formação, o policial sobe ao palco, dança e canta, puxando um coral de alunos – também na expressão artística através da dança -. Eles recebem um diploma, que guardam como prova que integraram este projeto formador .

Percebe-se, portanto, que a relação polícia militar e escola, nesta vertente de proposta, amplia o campo discursivo entre as instituições de segurança pública e a comunidade, fomentando, portanto, parcerias nas ações de proteção da coletividade e de perpetuação de novos sentidos e valores dados aos agentes de segurança. A confiança gerada é um canal importante para que, no futuro, em possíveis ações de intervenção, as crianças, famílias e comunidade possam entender melhor e contribuir com as ações da polícia no enfrentamento aos malefícios do crime.

Os conselhos comunitários de segurança pública e suas funções

Destacamos, até aqui, norteamentos discursivos que pairam pelo viés dos sentidos e dos valores que aportam-se em um campo chamado de representações sociais, que falaremos mais a seguir. Quando falamos desta inserção dos agentes de segurança nas comunidades, lutando pela preservação da paz e da justiça, da segurança e do sentido de proteção, também podemos nortear este campo descritivo para um órgão institucional essencial em comunidade: os conselhos comunitários. Geralmente atrelados às prefeituras, mas, com socialização com outros órgãos como o poder judiciário e legislativo, os Conselhos são diversos. Inclusive, há o de Segurança Pública. Este é um mecanismo poderoso de intervenção social e proposição de políticas públicas que se faz necessário abordar e buscar ampliação de compreensão.

Grande parte das políticas públicas norteadas pelos poderes executivo e legislativo (Prefeitura e câmara de vereadores, na esfera municipal), precisam passar pelos Conselhos Comunitários, para que possam apreciar e autorizar determinados nortes de aplicação de re-

curso. Estes Conselhos são medidas importantes, já que envolvem, em sua composição, representantes de todas as esferas da comunidade. Portanto, é como se fosse um conjunto integrado de atores que estão inseridos em áreas diversas da sociedade. Há conselhos de Educação, de Cultura, de Desenvolvimento Econômico, Rural, Saúde, entre outros. Os agentes de Segurança Pública são convidados, também, a integrar os conselhos para contribuir, com seus votos, propostas de ações e orientações, para cada um dos conselhos.

Mas, também, há um Conselho específico nas comunidades, com foco na área da segurança, delimitando debates, orientações para o fomento de políticas públicas, intervenções diversas na aplicabilidade das conjunturas que cercam o tema da segurança em comunidade. Por exemplo: quando se busca uma proposta para a instalação de câmeras de segurança em vários pontos estratégicos da cidade, com centrais de monitoramentos, o tema, o debate, o levantamento do recurso, o planejamento de aplicabilidade, está focado no primeiro passo, que acontece no Conselho de Segurança Pública.

O que este artigo pretende destacar é que estes Conselhos, os programas educativos como o citado (Proerd) e outras ações que se prospectam, ajudam a construir uma estratégia que traz à tona o conceito discursivo, narrativo, do papel importante do policial militar no âmbito das representações sociais. O policial é um agente do Estado, pago para proteger o povo, para cuidar das comunidades, para contribuir com seus conhecimentos no fomento de caminhos para a busca da paz e da justiça, e para ser uma representação importante em todos os cenários onde está inserido.

Conforme diz Jodelet (1989), “as representações sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais, sociais, integrando a cognição, a linguagem e a comunicação às relações sociais que afetam as representações sociais e à realidade material, social e ideativa sobre a qual elas intervêm”. A imagem e suas simbologias acoplam-se ao estado de pertencimento no espaço do cenário, por isso, faz-se importante entender como é visto e como pode ser visto em um cenário. São formas de buscar o entendimento e o caminho para a construção de ecossistemas comunicacionais democráticos, ampliando o diálogo em todos os espaços.

Ainda na esfera da formação biopsicossocial, como destacado anteriormente, na expressão dos projetos como o do Proerd, um fenômeno que está crescendo bastante e que pode ser uma ferramenta importante para construção de sentidos e a desconstrução de narrativas negativas orquestradas que afastam o povo da relação com a polícia, é o advento das novas tecnologias. E, aqui, são múltiplas. No âmbito das escolas, a inserção de mídia no plano pedagógico, já é uma realidade grande, sendo aplicada há um bom tempo. Preparar os alunos para o uso dos recursos midiáticos como a fotografia, a produção audiovisual, o podcast, o blog de notícias, são caminhos para dinamização do processo de ensino e aprendizagem; portanto, também recurso importante para a construção de mecanismos ou ferramentas que ajudam a mostrar conceitos de representações sociais. Através da produção de mídia, feitas por estudantes ou comunidades, está ocorrendo uma democratização do fluxo de produção e disseminação de comunicação e de sentidos.

Comunicação é o processo através do qual mensagens são transmitidas e distribuídas no espaço para controle das distâncias e das pessoas [...] comunicação é o processo simbólico por meio do qual a realidade é produzida, mantida, reparada e transformada. (CAREY, 1973, p. 3).

Isso também se faz importante para o universo desta relação entre a comunidade e a segurança pública – objetivo de reflexão deste artigo -. Este advento das novas tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para disseminar muito rapidamente formas de conscientização e prevenção; mas, também, tem urgido situações férteis para outras formas de crime: os crimes virtuais, as fake news. A Polícia acaba sendo alvo de muitos ataques destes criminosos virtuais que encontraram novos campos para a produção e disseminação de narrativas e de sentidos os quais têm, como objetivos, a desconstrução da missão dos agentes de segurança pública em um determinado cenário. E este é um ponto de reflexão pois está, também, atrelado ao âmbito das representações sociais.

Observe que este é um norte discursivo que paira sobre o campo da educação – seja ela formal, não formal ou informal-. Estamos falando de uma educação para a formação de sujeitos que entendem as diversidades que integram uma comunidade, e o papel do Estado, no fomento dos aspectos organizacionais destes cenários. Não é a toda que projetos comunitários, de conselhos, educativos, culturais, e outros, quando relacionados ao tema da Segurança Pública, buscam a afirmação de um conceito educativo, de produção de sentidos. Planejar essa educação sob as óticas das ideias de integração, se faz importante, como afirma Edgar Morin, ao enaltecer que “para reformar os espíritos é preciso reformar as instituições, mas para reformar as instituições é preciso reformar os espíritos. (MORIN, 2003, p. 152)”.

Isso quer dizer que precisamos romper com paradigmas discursivos transversos que tentam compartimentalizar agentes sociais em “caixinhas” da representação social, como se não fosse possível uma integração, um constructo social. Temos que discutir a nova sociedade, agora muito mais midiaticizada, consciente de seu papel social e muito mais consciente de seus direitos e deveres. Entretanto, o âmbito das representações sociais no tocante aos agentes fazem-se urgentes à observância, dado ao contexto de sua importância na garantia destes direitos e na proteção individual.

E não pode ser esquecido que estes agentes, que prospectam com projetos e ações, dialogam com um coeficiente comunicacional muito mais aberto, também são sujeitos humanos. Pais, mães, tios, avós, filhos, esposos e esposas. São sujeitos que, além de deter os mesmos direitos de outros sujeitos comunitários, ainda carregam uma missão de proteger e defender, com sua vida se preciso for, as famílias e a comunidade. Nos remete à reflexão sobre o seu papel, novamente, já que figuram por perto de todos, mas, que carregam o peso de defender cidadãos que nem sempre conhecem.

Esta esfera de representação social é um tema que precisa ser debatido nas escolas, nos conselhos comunitários e em outros, os demais organismos sociais que compõem uma comunidade. Paira pelo caráter da formação.

Formar, ensinar, orientar são ações que transbordam de seus lugares tradicionais, sendo assumidas explicitamente pelos media, através de uma infinidade de modalidades enunciativas, cuja característica principal é a publicização de fatos, pessoas, sentimentos, comportamentos. (FISCHER, 1996, p. 282).

Destaca-se, então, a premissa de que constituir o binômio mídia/segurança pública como aporte para reflexão, significa refletir sobre o fato de que cada um dos polos deste binômio constrói a realidade social por meio dos sentidos e das narrativas pelos quais representam a “realidade” da violência e a violência como realidade. Este artigo busca refletir sobre isso. Acerca da imagem do policial, sua presença nos ambientes comunitários, suas contribuições e esforços na defesa do cidadão – às vezes, com a própria vida -, as formas como as narrativas discursivas sobre sua representação social são expressadas. Como ensina Jodelet (2001, p.17):

Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou ideias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a elas de forma defensiva.

Os agentes de Segurança Pública são atores importantes na esfera da construção de caminhos para a garantia da cidadania e dos direitos constitucionais estabelecidos. Prospecta-se, com este artigo, refletir sobre o seu papel na sociedade, sua representação social e sua forma de comunicação, que pode ser diversa, múltipla e com conexões com várias outras agências de socialização, como

a escola, os conselhos comunitários, as instituições religiosas, os agrupamentos de juventude e culturais, entre outros. Entender as especificidades das representações sociais é um fator importante na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

CAREY, J. **A cultural approach in communication**. Urbana-Champagn, Institute of Communications Research, University of Illinois, mimeo. (Publicado posteriormente em *Communication*, 2, 1975, 1973, p. 1-22.

CHAMPAGNE, P. “La vision médiatique”. In: BOURDIEU, Pierre (org.), **La misère du monde**. Paris, Seuil, 1993.

FISCHER, R. M. B. Identidade, Cultura e Mídia: a complexidade de novas questões educacionais na contemporaneidade. In: L. H., SILVA (org.) **Século XXI. Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis, Vozes, 1999.

FISCHER, R. M. B. A paixão de “trabalhar com” Foucault. In: M. V., COSTA (org.), **Caminhos Investigativos**. Porto Alegre, Mediação, 1996.

JODELET, D. Représentations sociales: un do-main en expansion. In: **Les Représentations Sociales** (D. Jodelet, org.), pp. 31-61, Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

MORIN, E. **Cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



3

Os desafios da Educação no Trânsito: reflexões sobre conscientização e segurança pública

Giovani de Oliveira Durães

Os canais de comunicação de massa, os dados estatísticos dos órgãos institucionais, e outras fontes de informações reais têm trazido, de forma constante, uma temática que tem preocupado muito a sociedade: a escalada cada vez mais ascendente das violências e crimes no trânsito. O Brasil é um dos países onde mais pessoas morrem nas vias públicas, seja por acidentes trágicos, seja por violências resultantes de conflitos de socialização. Mas não é só isso: também há outra grave explicação para estas violências cada vez mais exacerbadas: a falta de políticas públicas de infraestrutura nas vias, que poderiam ser uma forma de conter, com melhor eficácia, a elevação destes índices.

Não é difícil encontrar notícias e reportagens que quantificam esta problemática enfrentada pela sociedade, e as possíveis respostas advindas das consequências da falta de ações afirmativas do poder público, de mobilização da sociedade civil organizada, e também da falta de conscientização. Neste sentido, faz-se necessário destacar a importância da concepção global que se impera na reflexão sobre o tema. Muitos municípios investem pouco na área da segurança pública, principalmente, no que tange à segurança de vias, infra-

estruturas de ruas, ações de conscientização coletiva; sendo que, em grande parte, esta ineficácia de ações estratégicas também é de responsabilidade da própria sociedade, que precisa entender o seu papel enquanto ator social ativo dentro do cenário local.

Quando se fala em infraestrutura, tem-se, como tema específico, as políticas de segurança pública que permeiam-se por vários aspectos integrados, como: ruas e vias em condições de tráfego, iluminação adequada, sistemas de sinalização coerentes, câmeras de vigilância – principalmente em locais de grande fluxo de pessoas, organização dos conselhos comunitários que integram cidadãos advindos de diversas esferas de intervenção social, como, por exemplo, os gestores públicos, políticos, educadores, jornalistas, representantes de instituições sociais, de centros de pesquisas/ universidades, entre outros. A multivocalidade na análise da conjuntura situacional e as prospecções de políticas no setor, quando pensadas de forma coletiva e apontando as problemáticas e a busca de soluções, contribuem com mudanças de paradigmas.

Entre estes diversos atores sociais comunitários, que se fazem necessários para o entendimento e a construção de caminhos para soluções, um deles é estrategicamente importante para a comunidade: o agente de segurança que atua como agente de trânsito é um ator social envolto, na perspectiva laboral, na missão de organizar as estruturas sociais, buscando a manutenção da ordem. Ele é um personagem estratégico, cujo a imagem, a representação social, contribui para manter esta ordem estabelecida e que, por vezes, é afrontada por sujeitos que desrespeitam a legislação e esta ordem estabelecida, necessitando, por parte do agente, de ação emergencial de punição, apreensão. Este é um problema generalizado que tem tomado conta do país, principalmente, em grandes centros urbanos.

Este profissional de segurança, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (1997), é “um profissional credenciado pela autoridade de trânsito para o exercício das atividades de fiscalização, operação, policiamento ostensivo de trânsito ou patrulhamento”. É importante destacar que além deste papel tão importante no âmbito da segurança das vias, proteção à vida, cumprimento das normas legais estabelecidas pela legislação, também é um ator social ativo no

âmbito da ampliação de conscientização dos pedestres e dos condutores de veículos, já que é referência pedagógica, educativa, sobre como se portar no trânsito.

Os policiais e agentes, que atuam no âmbito da proteção social nesta área da segurança no trânsito, tem importância ampla em uma comunidade e merece todo respeito e valorização, já que, além do seu papel social, também corre riscos diversos nesta ação laboral, em detrimento de enfrentamentos com criminosos e malfeitores que não respeitam a segurança pública e o bem-estar social. Os agentes de segurança no trânsito contribuem, portanto, com um estratégico ato pedagógico de formação humana e de garantia da cidadania, influenciando a mudança de comportamentos dos atores sociais.

Com embasamento do que aponta-se no Código de Trânsito Brasileiro (1997), a atuação laboral deste profissional é denominada como “Agente da Autoridade de Trânsito”. A esfera da segurança pública lhe compete a autoridade, para a articulação de ações que perpassam pelo campo da segurança no trânsito, sob o aporte de todas as legislações vigentes. Este profissional, tão estratégico para a segurança comunitária e das estradas, reúne habilidades funcionais que vão desde o aspecto pedagógico, educativo – como já citado anteriormente -, até a função de suporte em eventos públicos; além de ser essencial em casos de acidente de trânsito, atuando os condutores que praticam ações que lesam os demais cidadãos ou os equipamentos públicos.

São diversas as ações que integram o constructo laboral deste profissional de segurança pública. Entre estas ações, estão: autuação quando o condutor apresenta situação de alcoolemia, flagrados dirigindo falando no celular; o condutor, durante uma abordagem, tem o direito de saber quem o está autuando e qual órgão de trânsito pertence; caso a falha do condutor não possa ser resolvido no local da autuação, o veículo pode ser removido para um pátio do órgão, a fim de ser retirado por um condutor habilitado (quando a situação ocorrida relaciona-se ao fato do condutor flagrado não ser habilitado para a condução).

Em caso onde o condutor e o veículo, por algum outro objetivo, esteja fomentando um fluxo de perigo aos demais pedestres

e condutores no trânsito, como é o caso de autuações em situações de rachas, entre outras infrações gravíssimas, a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do sujeito condutor é apreendida. No caso de embriaguez, o agente de segurança no trânsito direciona o sujeito infrator à delegacia, para registro e punições devidas. Vale destacar, que aqueles que se recusarem a responder às ordens dos agentes de trânsito, como retirar o veículo do local, responder a um sinal sonoro ou sinal do agente, poderá ser autuado.

**A escola e os agentes de Segurança do Trânsito:
a importância desta união de forças para a ampliação
de conscientização**

Todos sabemos que a educação no trânsito é fundamental, já que demonstra nível de consciência e responsabilidade social e comunitária. Estes aspectos são fundamentais. É por isso que várias agências de socialização, entre as quais a escola, busca fomentar esta estratégia, parceria entre os agentes e a instituição educativa através de projetos pedagógicos. Para isso, existem várias ações educativas de referência e premiações em âmbito de estado e federal, de governos e de instituições sociais, que buscam premiar as iniciativas que congregam esta intersecção entre os campos. Isso porque há um objetivo muito claro: o conhecimento pode acarretar em melhores índices e melhores comportamentos no trânsito. Portanto, nada melhor do que começar a operacionalizar o diálogo sobre a legislação e a segurança pública, ainda quando em fase escolar. A conscientização, neste período, destaca um senso de cidadania de forma muito mais afirmativo.

Isso justifica o porquê de trabalhar, desde os anos iniciais da formação, projetos pedagógicos interdisciplinares que atuam nesta vertente. Com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, ações educativas como esta estavam dentro de uma categoria da gestão escolar chamada eixos transversais. Hoje, com a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), modernizou-se o campo dos debates acerca das proposições neste norte formativo, inclusive, com competências acoplando-se em áreas como Comunicação e Cultura

Digital, instigando o fomento de práticas pedagógicas diferenciadas que culminam em ampliação do diálogo – o que chamamos de ecossistemas comunicacionais democráticos – , dinamizando o fluxo de informações, promovendo interação, construindo sentidos e consolidando a consciência social de pertencimento. Os alunos, são chamados à conscientização e à multiplicação destes informes temáticos, resultando em formação de um fenômeno que dissemina os sentidos, os valores, o comportamento correto diante de situações no trânsito. Afinal, estes problemas acarretam não apenas as grandes cidades, mas, também, as pequenas. Portanto, é uma problemática generalizada, calcada no âmbito da consciência e do respeito à legislação. A lei é um regulador das normas e regras na sociedade.

Mas sabemos que somente a legislação não dá conta de atuar na formação da subjetividade humana. Precisamos dos atos educativos, da escola, da comunicação, para ajudar neste processo de absorção de informações. Esta é uma função que perpassa o pedagógico, mas, também, que permeia pela função política de estabelecimento dos debates e da formação social. Esta temática, aportando-se no projeto político-pedagógico da instituição de ensino, não configura ensinamentos aprofundados de legislação ou como conduzir um carro. Claro que não! O objetivo desta temática orbitando em torno dos conteúdos programáticos estabelecidos é o de fomentar aspectos como cidadania, consciência ética, respeito ao próximo, respeito às autoridades de trânsito, respeito à legislação.

Se a escola trabalha estas práticas educativas, numa relação de construção em parceria com os agentes e órgãos de segurança pública, fomenta-se um viés de valorização da vida. Até porque no momento em que estes temas são trazidos para a sala de aula, com a presença destes agentes de trânsito inseridos em projetos ou palestras, potencializa-se o campo do diálogo, o que facilita a abertura para que os alunos expressem situações vivenciadas, exemplificando a temática abordada. As experiências de vida, de relações com os conflitos pautados no trânsito, ajudam a orientar, compreender, redirecionar a ótica discursiva sobre o papel dos agentes de segurança nos espaços das vias, bem como, o papel de cada um na defesa da vida. Este é um tema sensível, que aporta-se na conscientização e respeito à vida.

Sempre há, entre os alunos de uma sala de aula; ou, entre os atores sociais de um determinado organismo comunitário, pessoas com exemplos de experiências vivenciadas no âmbito dos conflitos no trânsito. Não é difícil encontrar cidadãos com traumas acerca das experiências vividas e, isso, possibilita os debates e ampliação de dados. Faz-se necessário pensar o modo com que nos relacionamos com o trânsito, inclusive dentro da vertente estética da arquitetura urbana, que se aporta na engenharia das vias de trânsito disponíveis para os cidadãos pedestres e de veículos. A escola, em conjunto com os agentes de segurança que atuam nesta esfera do trânsito, pode ajudar a pensar, refletir, tecer leituras críticas, conscientizar e intervir no ambiente onde está inserida, chamando a atenção para este tópico da reflexão.

De acordo com Niskier (2001), a instituição escolar é considerada uma agência de socialização educativa, já que ela apresenta os principais caminhos para o desenvolvimento e construção de uma sociedade coletiva e integrada. Ela é um espaço simbólico de construção do saber e do pensar, além, claro, de construir reprodução os modelos e normas estabelecidos na sociedade. A escola não é um espaço onde apenas se possibilita a transmissão do conhecimento, mas, também, um espaço de provocação de sentidos e de valores, onde os sujeitos estudantes são convidados a refletir sobre o mundo que vivemos e o mundo que estamos prospectando para viver. Esse é o motivo da intersecção entre vários campos, como, por exemplo, a educação com a segurança pública; a educação com o meio ambiente; a educação com a cultura; a educação com a segurança no trânsito. Estas áreas de debates, construções e intervenções, são implicadas em um mesmo polo norteador de sentidos. Martins (2007, p. 33), destaca que “a educação se processa por meio de razões e motivos. Um motivo é o efeito da descoberta de um valor. Há, pois uma estreita relação entre motivos e valores e entre valores e educação”. Desta forma, estabelece-se a compreensão de que a escola é o canal para formação do cidadão ético, comprometido, determinado, conhecedor dos processos de desenvolvimento comunitário. O autor complementa que a escola tem um papel social fundamental

para a concretização do viés de transformação, trazendo o tema da gestão do trânsito e do comportamento humano nesta perspectiva. Ele lembra que “é preciso humanizar a realidade do trânsito, corrigindo os erros com campanhas educativas bem conduzidas e direcionadas pelos diversos meios de comunicação, valendo-se de estratégias diversificadas” (MARTINS, 2007, p. 19).

Nesta seara, a reflexão sobre uma espécie de “pedagogia do trânsito” se perpetua na relação dos agentes com a escola, através do fomento e consolidação de projetos e práticas dentro da unidade de ensino, relacionando-o com a experiência externa. A missão, da união entre os agentes de segurança com os agentes da educação, é buscar a compreensão de que a educação é um caminho para um trânsito mais humanizado e mais seguro. Martins (2007, p. 106) expressa esta conceituação reflexiva da seguinte forma:

Tornar o trânsito mais humano requer motivação na perspectiva educativa que refletirá na motivação da escola, da família e de todo o espaço do trânsito, estendendo a interdisciplinaridade a muito além da alfabetização e do Ensino Fundamental e Médio, ou seja, na dimensão do ser humano de forma totalitária, atingindo-o no que ele tem de mais importante: cidadania, ética e respeito, que são elementos organizadores de uma instituição social.

Não é uma temática simples de decodificação e proposição. Com a contemporaneidade chamando a atenção para a agilidade estabelecida no mundo do trabalho, a correria do dia a dia, a competitividade batendo na porta de todos diariamente e provocando receios de substituições no mercado, entre outros fatores, o sujeito condutor de veículo está cada vez mais apressado, mais nervoso, muito mais envolto à condição da desconstrução psicossocial. É por isso que há índices de violências tão alarmantes de crimes no trânsito. Um trânsito seguro é mais do que um desejo e sonho; é, também, um desafio necessário e urgente a ser enfrentado. O papel da escola é estratégico na tentativa de estabelecer uma normalidade que, ainda que pareça quase utópica, caracteriza-se como um elo

importante para a consolidação de sentidos do que espera o aspecto pedagógico desta intersecção de campos. Não trata-se, apenas, de ensinar na escola as placas de trânsito. Esta relação pedagógica espera mais, fomentando reflexões que pairam pela vertente da formação humana, da construção ética, da perpetuação da cidadania.

Precisa-se compreender a dimensão conceitual do tema trânsito a fim de que não cometa o erro de pensar que trabalhar com trânsito significa ensinar placas de sinalização ou elaborar parques temáticos de trânsito que eventualmente o aluno utiliza como recreação. Para ser significativa a educação para o trânsito na escola deve ser concebida como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente. (CHIARATO, 2000, p. 52).

Vasconcelos (1992) destaca que a escola é um espaço formal apropriado para este debate, já que atua nesta construção humana anteriormente citada, instigando a proposição de saberes, competências, aptidões, capacidade de discernimento e compreensão subjetiva.

Assevera Brandão (1993, p. 7) que ninguém escapa do processo formativo. Ele acompanha a todos – seja na educação formal ou não formal -, mas, acompanha intervindo na pavimentação de estradas simbólicas que proporcionam o embate das subjetividades e, por consequência, a construção de novas formas de ver o mundo, de entender o papel do sujeito em um cenário social e seu comportamento. Em qualquer agência de socialização, seja na escola, na igreja, no grupo de jovens, nos grupos comunitários, nas atividades culturais e/ou qualquer outro ambiente de integração e socialização, o sujeito passa por um processo de embates da subjetividade,

construindo ou reformulando suas leituras de mundo, intervindo em formas distintas nestes cenários. Isso quer dizer que todos nós somos convidados, todos os dias, a reestruturar nossa capacidade de subjetivação, ressignificando paradigmas discursivos.

Trazendo esta reflexão para o nosso objeto de estudo acerca da relação entre o trânsito e o processo educativo, remetemos à leitura de que podemos trabalhar a ampliação de informações, de dados, aportados, obviamente, em constante ação de leitura crítica. Este processo em ampliar a forma como olhamos para o tema e como este pode ser melhor debatido e ampliado através de projetos e atividades diversas protagonizados pela prática docente, pela escola, já que é neste espaço que há a proposição ou sugestão de didáticas que orbitam em torno da preservação da vida, solidariedade, práticas de cidadania, projetos multiplicadores que ultrapassam os espaços da escola formal, desencadeando estes processos debatidos e formativos na família e na comunidade.

Faz-se necessário, portanto, redirecionar a ótica do currículo nas escolas, contemplando, de maneira mais eficaz, esta abordagem. Como vimos anteriormente, na perspectiva de Martins (2007, p. 19), “é preciso humanizar a realidade do trânsito, corrigindo os erros com campanhas educativas”. Mas, como se dá este processo? Eliminando a forma tímida como que esta abordagem estabelece-se no âmbito do universo escolar. Isso caracteriza-se como uma “mudança” de paradigmas no projeto político-pedagógico da escola, que passa a ter uma estrutura curricular de eixos transversais aportada nas configurações que se apresentam nos fenômenos sociais e culturais da sociedade. O tema da segurança no trânsito é um deles, já que afeta diretamente os próprios alunos, professores, gestores, comunidade escolar. A escola, portanto, precisa estar aberta às discussões sobre o tema, como aborda Bergue (2010, p. 9):

Se a mudança é uma necessidade constante, podemos afirmar que equivalente nível de importância assume a compreensão dos fenômenos associados à comunicação e à cultura

organizacional, especificamente em organizações do setor público. Não podemos também considerar a complexidade da cultura organizacional em termos de dinamismo e perspectivas como novidade. Cultura e mudança são fenômenos intensamente relacionados e interdependentes.

É necessário lembrar que a prática educativa não está atrelada somente aos espaços da educação formal. Ela também se estabelece em todos os espaços da educação não formal ou informal. Neste âmbito discursivo, faz-se necessário lembrar que outros ambientes de integração, como as associações de bairros, os conselhos comunitários, os ambientes da justiça e da segurança pública, a imprensa e os meios de comunicação, a igreja e os agentes culturais, podem ser instrumentos norteadores de projetos e de divulgações das formas de proteção, cuidados, orientações e atendimentos que acomplam-se à temática.

Há uma pluralidade de versões subjetivas que estão relacionadas aos problemas do trânsito e, estes atores diversos, de agências comunitárias diversas, podem contribuir com o fomento de novas leituras e prospecções, num constante e elevado mecanismo de formação humana, cidadã e social.

Questões, como, por exemplo, infraestrutura nas vias, crescimento populacional em determinada região, presença de escolas e falta de sinalizações e lombadas que poderiam proporcionar melhores índices de enfrentamentos às infrações. Portanto, a escola é um agente forte que atua, também, para a complementação de formas neste processo de cuidados. Os agentes do trânsito precisam de condições de trabalho que perpassam pela instrumentalização e aberturas de possibilidades de interfaces com outros órgãos comunitários, visando a qualificação do trabalho, a formação humana, a garantia de diálogos e uma educação para o trânsito cada vez mais eficaz. O artigo é uma reflexão científica, mas, também, um convite para o entendimento da relação de construção social coletiva, buscando soluções para diversos problemas que afetam a sociedade.

REFERÊNCIAS

BERGUE, Sandro Trescastro. **Cultura e mudança organizacional**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2010.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação?** 28.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 14 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm. Acesso em 14 jul. 2021.

CHIARATO, Dolores Cadilhe de Almeida. **O parque temático do trânsito e a criação de estratégias para a construção do conhecimento**. Florianópolis: UFSC, 2000.

FREIRE, Renato Teixeira de Sá. **Trânsito**: um problema urbano. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola Politécnica. Curso de Especialização em Engenharia Urbana Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS, João Pedro. **A Educação de Trânsito**: campanhas educativas nas escolas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

NISKIER, Arnaldo. **Filosofia da Educação**: uma visão crítica. São Paulo, SP: Loyola, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília: abril de 1992 (n. 83).

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena
Pires de. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**. São Paulo: Vozes, 2006.



4

Escola Cívico-Militar: reflexão sobre o papel da comunicação e das tecnologias como recursos para dinamização pedagógica

Jader Aparecido Camilo

Compreende-se como essencial para a formação de crianças e adolescentes em fase escolar, a união de intenções buscando a qualificação, a capacitação, a modernização dos aspectos didáticos e pedagógicos, o fomento de caminhos e mecanismos que possibilitem com que os alunos tenham competências e habilidades para o desenvolvimento. Mas, não é só isso: também é necessário contemplar os processos de formação humana, como, por exemplo, a cidadania, a ética, a conscientização do seu papel enquanto ator social ativo dentro dos cenários onde estão inseridos, o desenvolvimento comunitário, a alteridade. Como aspecto importante, também, tem-se a questão da determinação e coragem no enfrentamento aos aliciamentos de malfeitores, que buscam levar crianças e adolescentes para às drogas, violência e marginalidade. Portanto, a escola tem um papel norteador de sentidos e de valores bastante importantes neste momento da vida formativa dos alunos.

Em razão deste aspecto intencional de construção de uma estrada que visa o sucesso pessoal, social, cultural e profissional dos alunos, que as Escolas Cívico – Militares surgem, como uma alternativa para esta construção de caminhos emancipatórios. O Governo Federal instituiu um Decreto nº.10.004, de 05 de setembro de 2019, que trata da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. Desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa, este formato e sistema educativo está sendo implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares – Ecim. De acordo com a Portaria nº. 2.015, de 20 de novembro de 2019, o programa passou a ser regulamentado. Muitos Estados e municípios do país já passaram a aderir este sistema.

No que tange à estruturação, o Programa de Escolas Cívico-Militares começou a ser estruturado no primeiro semestre de 2019, a partir da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares que é responsável por propor, desenvolver e implantar um modelo de escola de alto nível como projeto nacional, tem, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares, a missão de propor um modelo moderno e que instigue a alta qualidade.

No sistema Cívico-Militar, os militares colaboram na vertente da gestão educacional e não têm influência na ocupação de espaço dos professores, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e outras legislações. Esta colaboração serve para manter a ordem, trabalhar os aspectos da disciplina, da ética e respeito, contribuir com a eficácia na modernização do sistema de ensino e nas proposições de estratégias que busquem a excelência no processo de ensino e aprendizagem. Cada vez mais é percebida a importância desta alternativa de relação entre a escola e outros órgãos, com a finalidade de unir forças e estabelecer proteção às crianças e adolescentes, bem como aos demais atores sociais de uma unidade escolar, primando pela perpetuação de caminhos para emancipação.

Novas tecnologias na educação: proposta para as escolas Cívico-Militares

A presença cada vez mais crescente e expansiva dos meios de comunicação de massa na vida cotidiana propõe, neste novo século, um desafio múltiplo e muito profundo: re-direcionar os paradigmas do processo de aquisição de conhecimentos e ampliar os conceitos que orbitam em torno dos campos da educação e da comunicação. A escola, a família, a religião, e outras agências de socialização que tradicionalmente eram instituições especificamente encarregadas da educação (formal e não formal), são, hoje, as mais desafiadas pela presença dos modernos meios e produtos midiáticos.

Entender como funciona o processo de construção da informação e aproximar estes conceitos das ações cotidianas destas agências, especialmente da escola, tornaram-se compreensões necessárias para poder ampliar as possibilidades de ensino-aprendizagem, entender a dinâmica que compõe esta interface, enriquecer o ecossistema comunicacional nestes ambientes de troca de saber, propor a interdisciplinaridade contemplando o uso e produção da comunicação em sala de aula, e possibilitar, para estes ambientes de socialização e construção da subjetividade humana, rotas para se chegar à emancipação e participação social.

Para que estes conceitos pudessem ser aflorados com referenciais científicos e projetos de intervenção pedagógicos, uma ampla pesquisa foi realizada nos anos de 90, objetivando pontuar, na América Latina, os aspectos de interface existentes e reunir as contribuições para que pudesse nascer uma teoria de convergência destes campos identificando outros polos de conhecimento que se acoplavam. Nasceu aí, a Educomunicação: Teoria construída no Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo e que, em pouco tempo, expandiu-se e contribuiu com a elevação de um sistema educacional progressista e pautado na construção coletiva, aberta e democrática de conhecimento.

Quatro áreas dão aporte a esta interface comunicação/educação:

- Educação para os meios (estuda os conceitos e os efeitos da mídia no processo de construção do saber e do pensar, e propõe um caminho que dá aporte para o aprimoramento da reflexão crítica frente aos meios);
- Gestão da Comunicação (nesta vertente, compreende-se o aspecto organizacional e de gestão destes processos; o planejamento para a aplicabilidade dos projetos e planos pedagógicos educacionais);
- Mediações Tecnológicas (o uso das mídias como fonte mediadora do processo de ensino-aprendizagem);
- Reflexão epistemológica (as análises e produções científicas acerca da interface destes campos, objetivando a legitimação do campo).

Educadores e comunicadores têm experimentado em todo o país e em vários outros países do mundo, diversas estratégias e métodos para aproveitar melhor os meios de comunicação de massa e potencializar, nos receptores, suas capacidades analíticas frente às mensagens que recebem. A Educomunicação se consolida como nova tendência no sistema educacional, propiciando um direcionamento novo na formulação das práticas pedagógicas e comunicativas.

As diversas teorias da comunicação e as teorias da aprendizagem, atualmente, se convergem eficazmente. Ou seja, deixam de ser apenas transmissoras de informações ou conhecimentos, para se tornarem mediadoras compreendidas como modelo interpretativo e relacional de apropriação de conhecimento. A comunicação está em todo lugar e em tudo o que fazemos, ela está no uso das linguagens, no uso das palavras, nos discursos, sons, imagens, narrativas, e outras. A comunicação é utilizada para nossas relações humanas, para organizar nossas compreensões das estruturas das linguagens e desempenha um papel importante na vida social das pessoas.

Dessa forma, a educação tem um papel importante no processo de comunicação: o de ensinar como se comunicar, como trabalhar a interpretação, compreender os sentidos, quais são as formas e os meios de se comunicar e como tecer análises críticas, promovendo um amplo desenvolvimento psicossocial e uma construção de subjetividades. Por isso, faz-se importante a escola não rejeitar os planejamentos pedagógicos usufruidores dos meios de comunicação, mas, trabalhar com eles, se apropriar do processo de construção e de leitura crítica para entender os seus alunos, a nova escola, os novos processos de formação.

Entretanto, a escola é uma instituição orgânica, formada por alunos, gestores e docentes, além de outros atores sociais. O norteamento dos processos, também sofrem intervenções de diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas. Portanto, o estudo destes fenômenos das interfaces comunicação e educação, precisa, também, ultrapassar a esfera da prática docente, permeando por todo o ambiente educacional, o que alguns autores chamam de ampliação de ecossistemas comunicacionais democráticos.

A profunda concepção pragmática que envolve o binômio comunicação e educação gerou estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), entre os anos de 1997 e 1999, envolvendo cerca de 178 coordenadores e pesquisadores de projetos relacionados à convergência destes campos de várias partes da América Latina. A missão era pesquisar, fundamentar, desenvolver e solidificar um novo campo de conhecimento denominado 'Educomunicação' que, segundo o coordenador da pesquisa, professor Ismar de Oliveira Soares (1999, p. 65):

não é entendido somente como uma área voltada à compreensão dos efeitos da mídia sobre os usuários e sim, um campo que inaugura um novo paradigma discursivo transverso, estruturando-se, pois, de um modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social.

O termo é atribuído primeiramente ao uruguaio Mário Kaplún, que o definia como sinônimo de *educación a los medios*, ou conceito da *educação comunicativa*; ressignificado pela equipe de Soares que entendeu que este conceito poderia ganhar um novo significado e, desta forma, abranger todas as ações advindas. Seguindo sua afirmativa, as pesquisas permitiram repensar o conceito emprestando-lhe uma nova roupagem. Isso passa a ocorrer quando ao binômio Comunicação e Educação, se acrescentam os conceitos de Cultura e Cidadania.

A Educomunicação dialoga com a Educação, tanto quanto com a Comunicação, ressaltando, por meio de projetos colaborativamente planejados, a importância de se rever os padrões teóricos e práticos pelas quais a comunicação se dá. Busca, desta forma, transformações sociais que priorizem, desde o processo de alfabetização, o exercício da expressão, tornando tal prática solidária fator de aprendizagem que amplie o número dos sujeitos sociais e políticos preocupados com o reconhecimento prático, no cotidiano da vida social, do direito universal à expressão e à comunicação. (SOARES, 2014, p. 24).

O autor afirma que o conceito da Educomunicação surge na prática de observar o comportamento e decodificar a essência social dos dois polos convergentes. Visa, também, propor um profundo diálogo com os sistemas de meios de comunicação. Este processo já é identificado na sociedade latino-americana, especialmente nas décadas de 70 e 80, nas ações de um grande número de atores sociais, vindos de diversas áreas e segmentos, que usavam a comunicação como uma ponte para a libertação popular, a chamada “comunicação alternativa”. Eram agentes sociais que estavam lutando por uma causa específica: colocar na pauta da sociedade, temas que julgavam necessitar de uma atenção emergencial.

Sua principal premissa é a identificação neste processo, de uma nova perspectiva para as práticas educacionais. Segundo ele, a Educomunicação traz o reconhecimento da importância da comunicação na vida da sociedade contemporânea e, em decorrência,

o espaço educativo passa a se transformar num espaço comunicativo, mais dialógico, com mais desenvolvimento, com reconhecimento das estruturas de linguagens. Começa-se, então, a discutir até a própria arquitetura da escola. Segundo o autor, as pessoas se olham entre quatro paredes, enquanto a comunicação derruba paredes. “A escola tem que se repensar, pela Educomunicação, até no seu espaço físico” .

A Educomunicação, contudo, chega com a proposta de revolucionar esse espaço permitindo que toda comunidade se envolva com a comunicação e que haja sempre uma pergunta em qualquer planejamento educativo: como é que eu estou me comunicando? Como é que meu procedimento ajuda ou atrapalha os procedimentos comunicativos? Como transformar essas relações num espaço de abertura dialógica? (SOARES, 2004, s/p.).

Configurando-se como um novo campo de atividades socio-culturais como prática pedagógica emancipatória, apresentando a intersecção destes dois polos do saber, comunicação e educação, como ciências complementares nessa nova tendência didática, o debate reconhece a educomunicação como portadora da função de clarear o universo midiático para o sujeito, democratizando seu processo de recepção educativa e desenvolvimento cognitivo. Ou seja, oferece subsídios teóricos e práticos para que este mesmo sujeito decodifique o processo de construção da informação e se configure como protagonista do ato de ler o mundo onde vive, de interpretá-lo, de produzir, de firmar como ator social ativo; isso, claro, fruto de uma educação para a criticidade.

Conclusão

A conclusão desta reflexão, que se perpetua como uma proposta para a melhoria dos coeficientes comunicacionais nos espaços de integração e socialização da educação formal – como a escola -, se

configura como uma possibilidade importante para os planejamentos estratégicos das escolas cívico – militares.

Estes organismos social e institucional têm um papel fundamental na formação dos alunos desta nova geração: o de fomentar caminhos para que, além da ampliação dos processos informacionais e conhecimentos científicos, também possam ter a oportunidade de gerenciar caminhos estratégicos para o desenvolvimento psicossocial, ampliando visões de cultura, de desenvolvimento de competências e habilidades, ampliando o respeito aos professores, autoridades e aos atores mais experientes destas unidades sociais, como, por exemplo, os profissionais diversos que atuam nos espaços escolares.

Além disso, a Escola Cívico – Militar tem um foco na disciplina, no respeito, na ética, no papel contributivo nos processos de cuidados e desenvolvimento dos espaços sociais onde os alunos estão inseridos. Mais do que isso: também são marcados pela contribuição da família. Ou seja, da união entre os vários atores sociais determinantes de uma comunidade. Chamamos de comunidade escolar todo o conjunto de atores sociais que ajudam a construir caminhos emancipatórios para o desenvolvimento.

Este artigo também se propôs a construir um fomento reflexivo acerca das Escolas Cívico – Militares, regulamentadas pelo Governo Federal em 2019 no Brasil, trata de uma alternativa de intersecção na gestão educacional, pautada pela união de forças entre a sociedade civil e os militares – de reserva ou não -. Este sistema educacional compartilhado tem a missão principal de encontrar fórmulas de educação de excelência, num esforço didático e pedagógico para a aplicabilidade de caminhos para um enriquecimento da educação. Os alunos – crianças e adolescentes – encontram carga horária ampliada e ferramentas diversas que modernizam o sistema de ensino compartilhado, pautado num conjunto de expectativas da sociedade civil, autoridades educativas e militares.

Claro que, o diferencial deste sistema de ensino, além de ampliar a qualidade da educação preparando os alunos para o sucesso nos processos seletivos dos vestibulares e concursos públicos,

também é formar cidadãos comprometidos com a sociedade, com a justiça, com a ética, e com o compromisso de contribuir para a construção de uma comunidade solidária, próspera, que respeita direitos e deveres. Neste campo de perspectiva, este artigo propõe-se a apresentar uma reflexão sobre a importância da modernização no sistema de ensino, usufruindo recursos das novas tecnologias em sala de aula, mediando os fluxos de transmissão dos conhecimentos; bem como, a produção de mídia e até mesmo a educação para os meios, instigando a Leitura Crítica.

Estas possibilidades já são debatidas há alguns anos por grupos teóricos, que tratam da interface comunicação e educação, com projetos, pesquisas, políticas públicas e proposições que têm contribuído com a melhoria na educação. Este projeto fala, ainda, da formação de professores. Ou seja, como eles estão contemporaneizando os processos didáticos, buscando modernizar e qualificar a educação, utilizando os recursos midiáticos. É nesta esfera que este artigo apresenta-se como uma proposta a ser analisada para a inserção educacional nas escolas cívico – militares, almejando a excelência e a garantia dos direitos de acesso a uma educação plena e transformadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 08 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de Setembro de 2019**. Institui O Programa Nacional Das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes

e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 jan. 2021.

BRASIL. Portaria Nº 2.015, de 20 de Novembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção: 1, p. 42. Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019-228864271>. Acesso em: 09 jan. 2021.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Infância, sociedade e cultura. *In*: CARVALHO, A., SALLES, F., GUIMARÃES, M. (Org.). **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: Ed. PROEX-UFMG, 2003.

KAPLÚM, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo: Moderna/Eca-Usp, jan./abr.de 1999. p.68-75.

MEC. **Mídia e Educação, Perspectivas para a Qualidade da Informação**. Brasília, 2000.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos**: Novos desafios e como chegar lá – Campinas, SP. Papirus, 2007.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *In*: **Contato**, Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, Brasília, ano 1, n.2, jan/mar. 1999, p. 5-75.

SOARES, Ismar de Oliveira. O. Educomunicação e a Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, Ano XIX. n.2, jul/dez 2014.



5

Os desafios da Educação Física Escolar em tempos de pandemia: aportes reflexivos sobre processos de ensino e aprendizagem, dilemas de interação e aulas remotas

Kelly Angelina Dedoné de Freitas

Estamos vivenciando uma série de novos fenômenos no campo da educação, em razão destes novos desafios enfrentados com o advento da Covid-19. Entre estas problemáticas estão a reestrutura da arquitetura curricular, exigindo dos professores e escolas, rápidas respostas em metodologias usufruindo recursos informáticos. Mas não é só isso. Além dos processos de apresentação, debates e avaliação dos conteúdos programáticos, ainda há, também, outro aspecto essencial: o compromisso com a formação biopsicossocial, de forma integrada, contemplando a contribuição da escola com o processo de desenvolvimento cognitivo, afetivo, de interações sociais e de qualidade física.

A questão que se aflora nos espaços educativos e é objeto de reflexão desta proposta de pesquisa: como trabalhar a educação fí-

sica escolar, de maneira eficiente e contemplando a formação integradora, em tempos de aulas remotas? Como a arquitetura curricular necessária para a formação biopsicossocial pode ser pensada sob o viés de metodologias e ferramentas de comunicação e educação?. O professor de Educação física escolar, além do conteúdo programático que perpassa pela história e pelas possibilidades de atividades físicas, também atua, diretamente, na identificação de algumas questões, como, por exemplo, a identificação e combate a ansiedade, o redirecionamento de ótica no âmbito das interações sociais e na proposição de dinâmicas e atividades que venham ao encontro da qualidade de vida.

Educação transformadora é a essência do desenvolvimento humano. Mais do que uma oferta de possibilidade de emancipação, é um direito constitucional que precisa ser garantido, em sua totalidade de formação. Nestes tempos de distanciamento social e interações educativas via internet, permeiam novas formas de proposições e avaliações. Faz-se necessário destacar, ainda, que também há outro grande desafio: a inclusão, já que nem todos os alunos têm acesso à internet ou sequer fazem uso de um aparelho que permite acessar as informações (MORAN, 1997).

Embora haja uma crescente utilização de aparelhos eletrônicos, com o Brasil ocupando uma das cinco primeiras posições mundiais em número de smartphones, não significa que toda a população tenha acesso. As questões inerentes à exclusão digital estão estritamente vinculadas à desigualdade social, além de manter relação com muitas diferenças presentes entre as diversas regiões do país (SORJ; GUEDES, 2005).

Investigar como os professores de Educação Física estão mobilizando estas relações de formação neste período é o desafio desta pesquisa, que permeará por uma vertente de análise dos referenciais bibliográficos, como metodologia estruturante, além de levantamentos de dados, através de entrevistas com professores de escolas no Norte Pioneiro do Paraná, diagnosticando experiências formativas nesta área que apresentam resultados afirmativos e que podem

ajudar a construir uma pesquisa que engloba as observações das perspectivas do conteúdo, da forma metodológica de transmissão do conhecimento, das interações, acompanhamento e inclusão, inserção de novas tecnologias na prática docente, além dos resultados possíveis. Esta captura informacional, de exemplificações e análises de resultados de propostas pedagógicas, aliada a referenciais teóricos, podem servir para dar norte às reflexões no campo.

De acordo com Montiel e Andrade (2016, p. 07),

a Educação Física é a disciplina que mais se preocupa com o desenvolvimento dos aspectos motores, embora também tenha como propósito o desenvolvimento dos aspectos cognitivos, afetivos e outros. Sendo assim, é preciso encontrar alternativas além das atividades físicas, por meio das atividades diferenciadas, como neste caso a inclusão das TICs nas aulas, a fim de desenvolver os demais domínios do comportamento humano.

Reforça-se que é possível levar conteúdos por meio do sistema informático. Mas, é preciso diagnosticar os efeitos que este processo de distanciamento provoca na construção dos sentidos. A formação integral dos alunos perpassa por várias dimensões do ser humano, como, por exemplo, o domínio motor, o desenvolvimento afetivo – social, como contempla a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996). O diálogo é fundamental para que se entenda os desafios e dilemas destes alunos e professores, diante da missão de ensinar a Educação Física em tempos de distanciamento. Freire (1979, p. 69) destaca “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Estas palavras de Paulo Freire vêm expressar que a educação precisa ter sentido para os alunos, já que eles formulam a subjetividade humana através das interações e das experiências. Portanto, a relação formativa precisa pairar pelo viés da comunicação enriquecida, do diálogo constante, para que o professor de educação física consiga identificar as limitações e potencialidades dos seus alunos, e instigá-

-los ao desenvolvimento. A Educação Física Escolar tem um papel fundamental que integra uma série de contribuições no diagnóstico dos limites e potencialidades dos alunos. Este profissional, o Professor de Educação Física, atua diretamente usufruindo estes recursos e propostas didáticas envolvendo os jogos, exercícios e interações, para promover o desenvolvimento motor, da psicologia social e formação humana. Mas como bem lembra Piccolo (1993, p. 13):

O principal papel do professor, através de suas propostas, é o de criar condições aos alunos para tornarem-se independentes, participativos e com autonomia de pensamento e ação. Assim, poderá se pensar numa Educação Física comprometida com a formação integral do indivíduo. Dessa forma, pode-se enfatizar o papel relevante que a Educação Física tem no processo educativo. O que, na verdade, ameaça à existência desta disciplina nas Escolas é a sua falta de identidade. Ela sofre conseqüências por não ter seu corpo teórico próprio, isso é, a informação acumulada é vasta e extremamente desintegrada por tratar-se de uma área multidisciplinar.

De Marco (1995, p. 77), enaltece que “a Educação Física como sendo um espaço educativo privilegiado para promover as relações interpessoais, a autoestima e a autoconfiança valorizando-se aquilo que cada indivíduo é capaz de fazer em função de suas possibilidades e limitações pessoais”.

Cultura Digital e a importância das tecnologias na prática docente

A intersecção entre os campos da comunicação e educação – duas áreas do saber tão antagônicas e ao mesmo tempo complementares - tornou-se uma importante área de pesquisa e ação de especialistas e formação, em todo o mundo, que observam, com preocupação, o processo dialógico desses campos na área da formação dos professores. Com a pandemia, esta preocupação se ampliou.

Essa preocupação é compartilhada, principalmente, pelos professores que entendem a influência contemporânea das ferramentas dos meios de comunicação no processo de formação das pessoas, mas que vivenciam a realidade de não saberem como lidar com isso, já que, em muitos casos, a escola vivencia uma realidade de distanciamento, que não reflete esse avanço e alterações nos paradigmas. Justifica-se, com esta perspectiva reflexiva, a missão de fomentar a produção de conhecimento e a reflexão sobre a formação de professores envolvidos à pesquisa e à construção de caminhos metodológicos, didáticos, para a consolidação de uma educação transformadora e contemporânea.

A produção da cultura da inovação nos ambientes educacionais e suas relações com a sociedade por meio da comunicação, portanto, são temáticas fundamentalmente importantes para a educação e emergem pesquisas relacionando essas interfaces. Em termos de relevância científica no campo, como é o momento temporal em que vivenciamos as experiências de dilemas de acesso e dificuldades, são muitas as experiências que tratam de entender o papel da comunicação no processo de formação, suas intervenções positivas dentro do espaço escolar e o uso das ferramentas, visando a ampliação. Na reflexão sobre este papel da cultura digital no âmbito da Educação Física Escolar, chama a atenção algumas especificidades inerentes da essência formativa desta área, como a relação com a qualidade de vida, temáticas que são pautas neste tempo de distanciamento social e aulas remotas.

Neste campo reflexivo, faz-se necessário observar alguns objetivos e apontamentos que este estudo pode propiciar, sobre esta inserção entre os campos da educação, comunicação, tecnologias, e a prática docente da educação física escolar, mediando processos de identificação das necessidades dos alunos, no âmbito biopsicossocial. Por exemplo: levantar dados sobre os efeitos da falta de acesso de muitos alunos à equipamentos informáticos, o que os inviabilizam de absorver conteúdos e ter o direito ao seu pleno desenvolvimento.

Além disso, é importante destacar que muitos professores e muitas instituições de ensino estão apresentando possibilidades

didáticas envolvendo as ferramentas das novas tecnologias, como aplicativos de interação (Tik Tok e outros), blogs e redes sociais, fotografias e produção de vídeo, podcast, produzidos pelos professores juntamente com os alunos, para alcançarem a dinamização do processo de ensino e aprendizagem.

Ângela Schaun destaca que a ampliação dos meios de comunicação e a apropriação de recursos de tecnologias trouxeram novos paradigmas discursivos e formas de construção de sentidos.

A comunicação é fator prioritário para o processo educativo e a mediação dos dois campos deve ser compreendida enquanto construção de valores éticos e estéticos. Aprender é também um processo coletivo, respeitando – se as diferenças e valorizando a criação, produção e alimentação de projetos geradores de transformação social. (SCHAUN, 2002, p. 79).

O pesquisador Adilson Citelli afirma que as perspectivas deste campo de convergência, enaltecendo a necessidade de reconhecer as possibilidades de ampliação dos fluxos democratizadores na circulação das mensagens, é uma prática necessária emergente e cada vez mais presente no contexto educacional.

Assim, não perdemos a perspectiva segundo a qual as instituições comunicacionais e escolares tornaram-se lugares interdiscursivos que operam diálogos entre si, independentemente das possíveis assimetrias e desigualdades em suas condições de força. (CITELLI, 1999, p. 146).

Devemos analisar o papel que as tecnologias e as informações/imagens têm desempenhado na vida social explorando as características técnicas dos meios e buscando entender as condições sociais, culturais e educativas de seus contextos. Esse enfoque é primordial para perceber as possibilidades que se estabelecem com o uso das modernas tecnologias.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, M. A. Novas tecnologias, novas sensibilidades. **Revista Comunicação & Educação**, n. 18. São Paulo: Segmento, 2000. p. 7-14.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996.
- CITELLI, A. **Comunicação e educação: a linguagem e movimento**. São Paulo: Senac, 1999.
- DE MARCO, A.(org.). **Pensando a educação motora**. São Paulo: Papirus, 1995.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. Terceiro Mundo e Teologia: Carta a um jovem teólogo. In: Carlos Alberto Torres. **Consciência e História: A Práxis Educativa de Paulo Freire**, São Paulo: Cortex & Moraes, 1979.
- MONTIEL, F. C.; ANDRADE, D. M. **Tecnologias da informação e comunicação nas aulas de educação Física - uma experiência no IFSul**. In: Anais do Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de pesquisadores em educação a distância, 2016.
- MORAN, J. M. Como utilizar a Internet na educação: relatos de experiências. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p. 146-153, maio/ago. 1997.
- PICCOLO, V. L. N. **Educação física escolar: ser___ ou não ter?.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. 136 p.

SCHAUN, A. **Educomunicação. Reflexões e princípios**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOARES, I. O. "Educomunicação: as perspectivas do reconhecimento de um novo campo de intervenção social, o caso dos Estados Unidos". **Revista ECCOS**. São Paulo: Centro Universitário Uninove, v. 2, n. 2, dez. 2000.

SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 72, p. 101-117, 2005.



6

Educação, Esporte e Cultura como instrumentos de combate à violência e criminalidade: atuação da Polícia Militar no âmbito da prevenção em comunidades vulneráveis

Kelly Pagnardi Bonfim

O trabalho ostensivo da Polícia Militar e de outros agentes da Segurança Pública no âmbito do combate a criminalidade, às ações de prevenção, a representação social nos espaços das comunidades com maior índice de vulnerabilidades e necessidades de presença e intervenções da Segurança Pública acaba tendo um importante parceiro quando a própria comunidade abraça a causa de proteger o seu povo.

Desta forma, agrupamentos coletivos de jovens, de mulheres, de trabalhadores, de agentes da cultura, de movimentos religiosos e outras agências de socialização que integram estes espaços sociais, podem ajudar no planejamento estratégico da Polícia Militar no combate ao tráfico, à violência e todo o tipo de formas que possam figurar pelos espaços comunitários. Estas ações, que envolvem a cultura, a

arte, o esporte, a educação, tem um mecanismo de ligação com a comunicação – que alguns autores chama de Popular e Comunitário.

O presente artigo tem o objetivo de falar sobre o conceito de Comunicação Comunitária – bastante importante para os moradores de comunidades em situação de risco social, pois tem se firmado como recursos para garantir lugar de fala, de denúncias, de expressões sobre defaços enfrentados – e buscar, em dado momento, explicar qual é a possibilidade de contribuição destes protagonismos sociais na esfera de proteção à comunidade contra os malfeitores.

Hoje, muitos jovens de comunidades em situação de risco social produzem vídeos, dominam redes sociais, produzem literatura digital com relatos do cotidiano nestes espaços sociais e outras alternativas de discursos que podem, com estes mecanismos dialógicos, proporcionar novos caminhos comunicacionais para a comunidade. A Comunicação Comunitária, firma-se como uma alternativa de ajuda à própria Polícia Militar e outros atores agentes da segurança, no combate à violência, já que explicita, em caráter de denúncia, os retratos reais destes territórios sociais.

A arte é um recurso que envolve e integra a população em esferas do bem comum, em esferas do corpo e da qualidade de vida, da psiquê humana (já que ocupa a mente em produções criativas e expressivas no âmbito dos sentidos) e, também, das interações sociais, já que ela tem um poder de mobilizar cidadãos para expressões de socialização. Isso é o que denomina-se, nas esferas das reflexões científicas sobre o papel da arte na educação, consolidando o viés biopsicossocial. Ou seja, desde os primeiros anos da formação humana, a arte carrega uma missão estratégica de envolver sentidos às coisas, ao mundo, à observação, à construção das leituras subjetivas.

O sujeito se transforma, se constrói, mediado pelo processo de observação e aquisição de novos conhecimentos e de boas práticas coletivas. Para Duarte Junior (2007), a arte se consolida como um veículo, bastante fundamental para a expressar o valor entre a razão e a emoção. Neste campo de reflexão, espera-se que cidadão possa ser estimulado a pensar e criar, para que saiba agir em sociedade conhecendo seus direitos e deveres e sendo preparado para transformar a sociedade onde vive (SAVIANI, 2002).

É neste pensamento que este artigo também associa-se, pensando na importância que a arte tem para diminuir índices de violência e criminalidade em espaços de comunidades consideradas em risco social. Quando a presença do poder público é afirmativo nestas comunidades, com a disponibilização de escolinhas de esporte, nas diversas categorias e atendendo as diversas idades, contribuindo com a formação humana e até descobrindo talentos, consolida-se uma ferramenta dinâmica de envolvimento social que oportuniza esperança e afasta possibilidades de acesso ao crime.

Mas, não é só no esporte. Quando a presença do Estado se faz afirmativa nestas comunidades através das artes, também tem-se uma diminuição significativa de violências, de organização criminosa. É uma forma de combate, já que a oferta de equipamentos públicos (espaços comunitários) para as crianças e jovens, também possibilita integração e desenvolvimento social. A oferta de cursos de ballet, dança, música instrumental ou vocal, teatro, artes visuais, capoeira, hip hop, literatura, comunicação digital, fotografia, entre outras ofertas, possibilita a emancipação destas crianças e jovens, que participam, interagem, produzem e se emancipam, do ponto de vista das oportunidades sociais.

A arte acaba se tornando um poderoso instrumento de combate à criminalidade, ajudando o governo público a quantificar os bons rendimentos em políticas públicas de intervenção social e a polícia, no âmbito das estratégias de combate aos que figuram pelas intenções criminosas. A arte é uma forma de Comunicação Comunitária, instigando a mobilização popular, porporcionando condições para que crianças, jovens e a população em geral, tenha oportunidades para o enfrentamento aos aliciamentos de criminosos.

Já que este aspecto reflexivo figura pela noção de desenvolvimento humano, no âmbito das interações, precisamos entender como se conceitua este processo. E isso é uma constante pavimentação do ciclo social, envolvendo estas esferas do físico, do cognitivo e do psicossocial, buscando a proteção social e a qualidade de vida. Tornamo-nos humanos por meio das interações, sejam com outras pessoas, com outros seres vivos, com a estética dos ambientes onde

estamos inseridos, com os objetos e a natureza, com a paisagem sonora dos espaços sociais onde também figuramos. A arte se faz presente e intervém em nossa percepção de mundo, quando nos possibilitamos à observar o mundo e associar com os nossos desejos.

Portanto, o questionamento a que este trabalho se dispõe a buscar uma resposta é justamente esse: qual o papel da arte no processo de desenvolvimento humano e no enfrentamento da criminalidade? Primeiramente, o que busca-se é o enriquecimento da interação simbólica dos sentidos. Ou seja, da interação subjetiva entre sujeitos e entre os sujeitos e as obras de artes. As pessoas produzem artes para expressar alegrias, dores, protestos, encontrar caminhos para ter a sua voz e expressão evidenciada no espaço social. A arte é uma possibilidade de resistência.

O fazer artístico é extremamente importante para o desenvolvimento humano, já que comunica e expressa ideias, sentimentos, pensamentos, reflexões de um indivíduo e do meio social e cultural em que está inserido; pode e deve ser experienciada e oportunizada por meio de projetos sociais e educativos, também visando a prevenção e o combate à criminalidade. Com o fazer artístico, a arte viabiliza inúmeros progressos nas crianças e jovens, que beneficiam o sujeito integralmente e visam o desenvolvimento de uma personalidade harmoniosa.

Faz-se necessário observar estas contribuições das artes, pois têm a força de promover o encontro do sujeito consigo mesmo, de si com os outros (desenvolvendo empatia) e com a totalidade da realidade humana (todos os que compõem os cenários sociais onde o sujeito está inserido). Mas, além da contribuição no desenvolvimento da psiquê humana que instiga uma reflexão sobre a percepção, a arte provoca a capacidade de observação (leitura de mundo) e o senso crítico de ocorrências ao nosso redor, além de estimular a criatividade mediante a comunicação por meio de outras linguagens, que se acoplam.

Um dos pontos instigantes dos quais a arte é protagonista é a afetividade. E, quando se fala de afetividade, expressa-se todos os tipos de sentimentos (bons e não bons) que figuram por meio da socialização e integração do sujeito com o mundo e com os outros

sujeitos sociais. A arte tem o poder de aflorar e expressar a sensibilidade humana. E o que é sensibilidade? É a qualidade de ser sensível; o processo de experimentação de emoções e sentimentos, principalmente de sentir compaixão, piedade, ternura pelo próximo; a capacidade de sentir e captar o que existe no mundo e de expressá-lo criativamente; capacidade de ser emocionalmente favorável, compreensível; solidariedade.

Estas experiências comunicacionais através das artes visuais e da produção de mídia, se firmam como um constructo real de possibilidades para o embate subjetivo. Isso quer dizer que os sujeitos são construídos mediados pelo processo de ampliação dos ecossistemas comunicacionais. Quando dialogamos com o outro, aprendemos e desenvolvemos, e alteramos visões. Já não há mais emissor e receptor predominante, mas, ambos se constroem, em coletividade.

Segundo Ostrower (2013) esses processos construtivos abrangem a personalidade, o modo da pessoa se diferenciar dentro de si mesma, de dispor e se relacionar em si e com os outros, comunicando-se, estruturando-se e integrando significados, transmitindo-os para o mundo, procurando abranger uma realidade de conhecimento profundo sobre os fenômenos da vida.

A arte tem uma missão bastante delimitada: atua na operação dos sentidos e aparatos cognitivos; e, em consequência, atua na formulação de estratégias de expressão. Suas áreas, fundamentos, técnicas e metodologias, estão à serviço de um processo humano de desenvolvimento que aporta-se na percepção estética, na linguagem, nos sentidos diversos.

A arte como recurso instrumental contra a violência

A Polícia Militar desenvolve um projeto de combate à violência e drogas chamado PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), numa ação de parceria com as escolas. O trabalho é afirmativo e traz resultados no âmbito da formação

humana, integração, ampliação de informações e conscientização. É um projeto de intervenção social bastante efetivo. Há um aspecto importante nesta ação mobilizadora de combate à criminalidade, protagonizada pela escola em parceria com a Polícia Militar: a inserção da arte.

O programa PROERD autorreferência como um mecanismo de “inovação” pedagógica no campo da prevenção. Em meio ao contexto educacional recente e em crise, inovar é uma necessidade existencial, elogiada e solicitada pelas escolas e pela comunidade. Periodicamente, assiste-se ao surgimento aguardado de algum salva-vidas, com novidades e soluções sempre mágicas e pretensamente transformadoras do degenerado presente. (RATEKE, 2006, p.72).

No conteúdo programático deste projeto, atenta-se ao fato de que além de palestras, aulas, materiais impressos ilustrativos e bastante debates, a arte acaba sendo um canal, uma ferramenta, que estabelece-se como caminho, para atingir o coração dos alunos. Através da dança, da música, das artes visuais, o Proerd consegue dinamizar a prática dialógica com o público-alvo. O policial militar, inserido no projeto, acentua-se como uma representação social extremamente importante, já que congrega sentidos e valores e transmite esta imagem positiva e de referência aos alunos e demais membros da escola. Nesta perspectiva, a educação formal – ou informal – é um espaço, mas não o único, para o trabalho de prevenção as drogas, devendo ser agregada a esforços de diferentes áreas do conhecimento e setores da organização social (PEROVANO, 2006).

Trago este exemplo para dizer que o Policial Militar também está inserido em diversas ações comunitárias, auxiliando em estratégias de prevenção e cuidados, atendendo a população nas mais diversas formas, mas também, insere-se em organismos como Conselhos Comunitários, Escolas, Projetos Sociais e muitos outros que precisam da contribuição dos agentes de segurança pública.

Policciamento comunitário é uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área. (MARCINEIRO, 2009, p. 105).

A Arte – seja ela expressada na música, dança, artes visuais, produção audiovisual ou literatura, entre outras formas, acaba sendo uma ferramenta onde a parceria com instituições (como o da segurança pública) pode apoiar, numa expectativa de soluções para conflitos, ampliação de conscientização, emancipação e intervenção social. Conforme Mesquita Neto, (2004, p. 84): “a participação da comunidade é um fator importante na democratização das questões de segurança pública e da implantação de programas comunitários que proporcionam a melhoria de qualidade de vida e a definição de responsabilidades.”

A presença da comunidade auxiliando a fomentar estratégias e contribuindo com as denúncias e com as ações para ampliação de defesas contra a violência e a criminalidade, faz-se importante para a promoção da união em prol do desenvolvimento social e o bem-estar comunitário.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Juventude é apenas uma palavra**. Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de Século-Edições, Sociedade Unipessoal-LDA. 2003. p. 151-162. (Tradução Miguel S.Pereira). ISBN 972-754-197-6. (Sugestão: baixar livro em: Disponível em: <https://farofafilosofica.com/2016/12/06/pierre-bourdieu-17-livros-para-download-em-pdf/>. Acesso em: 28 maio 2021.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:arte**/Secretaria de Educação Fundamental. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A,2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Lei 9394/96. Ministério da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 28 maio 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. **O Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **Por que arte-educação?**. 6ed. Campinas,Sp:Papirus, 2007.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia Comunitária**. Santa Catarina: Insular, 2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. Policiamento Comunitário e prevenção do crime. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n. 18, p. 103-110, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/m47QbPsC7vdt45JDMLy7Ndy/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10 jun. 2021.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e Processos de Criação**. Petrópolis: Editora Vozes, 30.ed., 2013.

PEROVANO, Dalton Gean. **Concepções dos instrutores do programa educacional de resistência às drogas e à violência sobre a sua formação**. Dissertação de Mestrado. 206f. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

RATEKE, Deise. **A Escola Pública e o PROERD: Tramas do Agir Policial na Prevenção às Drogas e às Violências**, 2006. p. 143. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Abril, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89191>. Acesso em: 07 jun. 2021.

SAVIANI,Dermeval. **Educação: do senso comum á consciência filosófica**.14.ed. Campinas,SP:Autores Associados, 2002.



7

Constructos sociais: mecanismos para segurança pública e garantia de direitos em tempos de pandemia

Luiz Ricardo dos Santos

A pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid – 19) tem mostrando o quanto somos vulneráveis em diversas frentes, e o quanto necessitamos de urgência na percepção da organização comunitária e popular. Além de levar vidas, a doença tem levado, também, esperança, já que a população tem sido acometida pelo aumento de violência e necessidades de ações afirmativas na área de segurança pública e garantia de direitos, complexidades emocionais e financeiras, silenciamentos de falas militantes, desconstrução da educação, cenários de terror no universo político que demonstra, ainda mais, como, por vezes, impera-se um sentimento de “barco à deriva”. Precisa-se buscar a ordem. O controle emocional e a união de forças para seguir mobilizando a construção de emancipação da sociedade. Portanto, diante de cenários de tantas lutas, é preciso constituir caminhos para que os processos dialógicos – principalmente em comunidades vulneráveis – sejam enriquecidos, contribuindo com o desenvolvimento comunitário e fortalecendo os lugares de garantia de direitos.

Nesta esfera, este artigo tem como missão, falar de uma área que conjuga várias outras, como a educação, a segurança pública, as tecnologias, a literatura, a organização social e comunitária, a socio-

logia. A Educomunicação se firma como um caminho estrutural para pensar na garantia do direito de fala e produção de sentidos e valores. Ela soma-se à Comunicação Comunitária, outra área de pesquisa e construção tão essencialmente importante para delimitar os ecossistemas comunicacionais através da produção de mídia, denunciando violências, construindo caminhos para a literatura popular, expressando manifestações artísticas, promovendo a educação não formal e contribuindo, de várias formas, com a educação formal.

A intersecção da educomunicação com a comunicação popular e comunitária tem muito sentido dentro da esfera da compreensão dos direitos humanos fundamentais. Trata-se de uma esfera de intencionalidades aportadas no direito à liberdade de expressão, a perpetuação dos sujeitos como atores sociais ativos dentro dos cenários onde estão inseridos e a formulação de união de forças, advindas das várias áreas, para a proteção da população e o desenvolvimento.

Mas, como isso tudo se opera diante de uma crise sanitária, sem precedentes, as quais o mundo vivencia e as quais a população mais pobre acaba sofrendo mais? Como dito anteriormente, a população está experienciando complexidades que perpassam pelo silenciamento, pela alta da miserabilidade, assistindo aumento de violências e crimes – que requer ações enérgicas dos atores da segurança pública-. Um exemplo disso é a falta de respeito de muitos cidadãos que insistem em desconstruir normativas de proteção, neste período pandêmico, através de aglomerações e disseminação de doenças; do desrespeito às determinações das autoridades competentes acerca das ações de enfrentamento. Há casos de relatos, midiaticizados pela imprensa, de pessoas que atacam comerciantes violentamente em razão do fato de que não quer cumprir obrigações básicas como usar a máscara de proteção nos estabelecimentos, o que é obrigação legal. Entre os exemplos que afloram a importância da Segurança Pública ainda mais enérgica neste momento, não apenas mobilizando ações de conscientização, mas, também, punindo os que desrespeitam a lei e colocam a vida de outras pessoas em risco.

Nunca foi tão importante falar, expressar, conscientizar, cobrar atitudes e punir os que zombam da vida humana. A ga-

rantia dos direitos fundamentais, neste momento, passa pela ação responsável, enérgica e firme dos agentes de segurança pública. Mas, além disso, neste momento complexo, também enveredamos pela perspectiva do lugar de fala, da comunicação como ato de emancipação, denúncia e libertação. Observe que há intersecção de campos, reflexões e contribuições de análise social. Entretanto, todas elas, permeiam pela concretização de seus objetivos de resultados, através da comunicação.

O uso dos recursos da comunicação para garantir direitos humanos, livre expressão, ampliação de conscientização, denúncias de crimes e mobilização dos setores sociais, sempre foi essencial. Mas, esta vertente a qual o presente artigo se envereda é um viés que trata da comunicação produzida não apenas pela imprensa clássica e historicamente formal. Mas, sobretudo, por todas e todos que desejam manifestar suas subjetividades e construir caminhos de reflexão e concretização dos discursos.

Portanto, é uma perspectiva sociológica, já que expressa o lugar de fala, autonomiza, disseminação de subjetividades, através da produção de mídia nestas comunidades. O artigo busca justificar como, estrategicamente, esta relação da educomunicação (e seus conceitos e fundamentos), da segurança pública (especialmente neste momento de enfrentamentos de violências e desrespeitos à ordem pública no tocante ao avanço da pandemia do coronavírus), a apropriação de tecnologias da informação – como o celular, o computador – (que afloram-se como parceiras essenciais de todas e todos que levantam para produzir comunicação e expressar seus sentimentos, dores, lutas, diante desta realidade situacional) e a observação sociológica, acerca dos resultados advindos. É na produção de blog, podcast, grupos de literatura digital, redes sociais, jornal on line, produção audiovisual, fotografia, entre outras formas de produção de comunicação, que se afiguram esta perspectiva da comunicação comunitária e popular, dentro da vertente da educomunicação e sob o viés da temática do enfrentamento à pandemia.

O que é Comunicação Comunitária e como pode se operar no enfrentamento à pandemia ?

A Comunicação Comunitária – ou Popular -, que caracteriza-se por aquela construída diretamente pelos atores sociais de uma comunidade, uma agência de socialização, ou qualquer agrupamento que não seja, necessariamente, ligado a imprensa clássica constituída, quando entendida em sua plenitude – como instrumento de resistência nas suas produções narrativas – firma-se como recurso de emancipação e estratégico mecanismo para garantir lugar de fala e espaços para as narrativas, principalmente, neste momento de enfrentamento de lutas sociais em razão da pandemia do coronavírus.

Hoje, os atores sociais das agências de socialização que buscam defesas de pautas como a garantia de direitos das minorias, movimentos de juventude, culturais, educativos e literários, sociais, garantia de segurança pública, entre outros, atuam usufruindo este mesmo recurso da Comunicação Comunitária para legitimar o seu lugar de fala. Com a modernização dos recursos informáticos, programas tecnológicos, ferramentas de redes sociais, estes agrupamentos têm tornado suas vozes muito mais ouvidas, além de fronteiras dos espaços territoriais de suas comunidades. De certa forma, com a democratização destas produções de conteúdo e reflexões, a comunicação comunitária tem promovido uma série de revoluções importantes, no âmbito do protagonismo político e social.

Segundo Charaudeau (2013, p. 253), as mídias clássicas pautam o que vai se tornar visível no momento em que escolhem o que irão exibir. E, esta escolha, pode até ter direcionamentos ideológicos, financeiros, políticos, que não contemplam, em sua totalidades, o lugar de fala e a percepção subjetiva das narrativas discursivas dos cidadãos que vivem em comunidades em situação de vulnerabilidades. Também é muito claro que a escolha feita pela mídia dos fatos – e dos personagens - que devem se tornar visíveis é, na maioria das vezes, muito diferente do que o cidadão espera ou deseja. Agenda midiática, agenda política e agenda cidadã podem não pavimentar a mesma estrada.

Para cobrir essa lacuna, surgiu e se consolidou o campo da Comunicação Comunitária e Popular. Segundo Cicília Peruzzo (2003, p. 247), uma das maiores referências neste âmbito epistêmico no país, a comunicação popular nasceu ligada a movimentos populares como uma alternativa de canal de expressão de narrativas, meio de mobilização e conscientização da população mais pobre e submetida a carências de toda espécie.

A autora destaca que os espaços das narrativas populares aparecem justamente como uma alternativa de canal de expressão para colocar os assuntos da comunidade em destaque e provocar o debate entre os seus integrantes e as demais pessoas da sociedade:

Nessa perspectiva, a comunicação popular, que hoje chamamos de comunitária, surge e se desenvolve articulada aos movimentos sociais como canal de expressão e meio de mobilização e conscientização das populações residentes em bairros periféricos e submetidas a carências de toda espécie de escolas, postos de saúde, moradia digna, transporte, alimentação e outros bens de uso coletivo e pessoal, em razão dos baixos salários ou do desemprego. (PERUZZO, 2003, p. 247).

Espera-se, com esta reflexão, contribuir para a pavimentação de um caminho epistêmico que estude a contemporanização das resistências subjetivas dos jovens das periferias, expressadas em suas literaturas e artes, muitas vezes vivenciadas situações de apagamento nas mídias clássicas, tendo que recorrer, nas ações de resistência nos espaços informáticos. Esta perspectiva da linguagem multivo- cal, democrática, é um importante norte na construção dos sentidos que aportam-se nas peças de comunicação comunitária envoltas à produção literária.

A informação é acrescida da participação direta e indireta de seus interlocutores, que levam junto seus valores, sentidos, sonhos e desejos, convicções e sofrem influência das relações sociais – dos embates subjetivos – e das hierarquias existentes. A interação constituída por dois ou mais indivíduos socialmente organizados, segundo Bakhtin (1997, p. 311), “na fronteira de duas consciências,

de dois sujeitos é o que importa e que irá dar significado ao ato de comunicação em si.”

Na mesma perspectiva de questionamento e análise intrínseca do seu “eu” ator ativo, os jovens, de acordo com Dayrell (2003), constroem determinados modos de ser jovem, de integração e embates das subjetividades, quando apropriam-se de novas tecnologias para disseminar suas narrativas e representações. Tomam como foco o cotidiano de integrantes de grupos musicais de rap e funk, buscando revelá-los na sua condição de jovens, para além da sua participação nos grupos musicais. Constata que os jovens, mediados pelos estilos, reelaboram as imagens correntes sobre a juventude, criando modos próprios de ser jovem, e expressam a reivindicação do direito à juventude. Constroem mecanismos dialógicos, inclusive usufruindo das novas tecnologias e da cultura digital, para fazer valer a sua voz.

Em face a esta reflexão, a intersecção entre a literatura digital e as realidades sociais de jovens de periferia, tem como objetivos, apontar a relação das narrativas discursivas construídas pelos jovens em espaços de vulnerabilidades sociais, protagonizando a construção de discursos com as novas mídias disponíveis, que apontam o mesmo teor informacional e autoral nestes mesmos espaços de socialização e integração, porém, com construções midiáticas que podem interferir na produção dos sentidos, proteger a identidade cultural, promover resistências e intervenções sociais, através da consolidação do lugar de fala da juventude periférica.

Hoje, as mídias são diversas, de fácil acesso e cada vez mais modernas. Democratizam vozes. As plataformas dinamizam os processos de disseminação de sentidos. As narrativas estão retratadas nas redes sociais, nos blogs, no podcast, e em várias outras linguagens das artes que atentam-se para a garantia do lugar de fala. A conectividade com os públicos-alvos tornou-se mais acentuada e próxima, pois com um celular na mão, um computador, e acesso à internet, podemos construir veículos de comunicação, manifestar narrativas em obras literárias e mobilizar recursos artísticos.

Eles podem dar asas às leituras subjetivas de cada agrupamento social, comunidade, representações sociais que, muitas vezes,

são minorizadas na grande imprensa que impõe silenciamentos. Na literatura, não é diferente. O universo cânone não costuma ter espaços para as chamadas literaturas marginais. Na década de 1960 já era assim: Carolina Maria de Jesus, por exemplo, escritora brasileira que viveu na favela e escreveu o livro “O quarto de despejo – diário de uma favelada”, vivenciou esta experiência de silenciamentos e lutas. Ela fazia uma narrativa de contraposição ao universo então predominante da literatura brasileira.

Como é a narrativa digital, hoje, nas comunidades? Como ocorre a construção das mobilizações, especialmente dos jovens, na luta pela garantia do direito à fala? E como este momento pandêmico tem sido relatado por estes mesmos produtores de comunicação popular em seus bairros e comunidades, visando a luta contra a COVID - 19? Estes são importantes pontos de reflexões que precisam ter um avanço nas pesquisas, permeando pela socialização das vozes, dos sentidos, das lutas, das resistências, das mobilizações comunitárias. E isso, tem sido possível, com a democratização da comunicação, através de um conceito atrelado às ciências sociais, educação, literatura, comunicação e aos estudos da sociologia: a Comunicação Comunitária e Popular.

É preciso conectar, portanto. Também é preciso entender a importância do protagonismo narrativo nas comunidades vulneráveis e o quanto ela é estratégica para firmar posições em situações de lutas sociais, como a do enfrentamento à pandemia. E, esta afirmativa, refere-se não apenas à internet. Refere-se, de sobremaneira, à conexão de sentidos. Os instrumentais da comunicação são ferramentas mediadoras, que auxiliam neste processo de embate de leituras e compreensões de mundo.

No mundo contemporâneo, há formas distintas de construir narrativas e disseminá-las. A instantaneidade provoca leituras que precisamos ampliar quando estamos tratando de narrativas que expressem as representações sociais, principalmente as construídas nas comunidades mais vulneráveis. A comunicação comunitária trouxe voz aos que tinham dificuldade de acesso à mídia de massa clássica e trouxe autonomia no processo de produção e dissemi-

nação das narrativas. Portanto, ao se apropriar da produção da informação, a população se apropria de um instrumento de poder: o da disseminação de narrativas.

E, nesta esfera, que aporta-se o desejo de, não apenas ter o lugar de fala garantido e democratizado, mas, também, um instrumento poderoso de lutas em defesa da própria comunidade, especialmente neste período pandêmico, em razão da COVID – 19, e que se faz necessária uma diversidade de produções de alertas e conscientização. Se apropriar da produção de comunicação pode ser uma ferramenta estratégica na garantia de mais segurança nas comunidades.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A Juventude é apenas uma palavra**. Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de Século-Edições, Sociedade Unipessoal-LDA. 2003. p. 151-162. (Tradução Miguel S.Pereira). ISBN 972-754-197-6. Disponível em: <https://farofafilosofica.com/2016/12/06/pierre-bourdieu-17-livros-para-download-em-pdf/>. Acesso em: 16 dez. 2020.

CHARAUDEUAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad.: Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Set/dez 2003. n. 24. p.40-52. Inserido em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf> . Acesso em: 16 dez. 2020.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de.

Comunicação para a cidadania. Salvador/São Paulo: Intercom/UNEB, 2003.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SARTORI, Ademilde Silveira. (organizadora). **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos:** diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. Gestão Educomunicativa e Educação: caminhos da educomunicação. **Revista Comunicação & Educação.** São Paulo, n. 23: jan/abril de 2002.

TORRES, José; BARBOSA, Pedro. Sintext-Web: um gerador de texto automático como instrumento computacional de criação literária. **Revista da Universidade Fernando Pessoa,** Porto, UFP, setembro, 2000.



8

Reflexões sobre saúde psicossocial do profissional de Segurança Pública: um constructo de análise

Luiz Ricardo dos Santos

Faz-se necessário observar as especificidades que orbitam em torno da qualidade de vida dos profissionais de Segurança Pública, entre os quais, os policiais militares, no tocante às ações de atuação laboral nos cenários sociais onde estão inseridos. Mas, também, precisa ser objeto contínuo de reflexão, a representação social destes profissionais, que são seres humanos que absorvem, diariamente, alto grau de sentidos subjetivos frutos de conflitos que perpassam o âmbito físico, permeando, também, pelo estado psicossocial. São situações contínuas de tensões, enfrentamentos contra a criminalidade, um estado de alerta contínuo até mesmo para a proteção de sua própria vida e de seus familiares.

Os profissionais de Segurança Pública vivenciam a experiência de um alerta psicológico contínuo, necessitando, portanto, de ampla atenção, não podendo relaxar. São cada vez mais constantes nos noticiários os ataques de criminosos contra a vida destes profissionais. Em razão disso, precisam estar com o contexto psíquico em harmonia para que sua operacionalização laboral seja eficiente e com resultados afirmativos na proteção à sociedade.

Esta é uma temática tão importante que acaba sendo objeto de estudos científicos, buscando políticas públicas de atenção aos

profissionais do setor. Este artigo busca fazer uma análise crítica , articulando caminhos para compreender os riscos do adoecimento psicológico. Além disso, buscar identificar as estratégias possíveis para tentar minimizar os riscos. Sabemos que um problema de saúde psicológica não abala somente o sujeito doente, mas, todo o entorno dele, familiares, colegas de trabalho, amigos.

As consequências são intensas e perigosas, por isso, sempre urgente, em todas as profissões, buscar ajuda e proporcionar os recursos para auxiliar neste período de recuperação. Os efeitos psicossociais dos sujeitos que laboram mesmo afetados com doenças emocionais são muito grandes. Os registros e notícias de profissionais que tiram a própria vida, ou agridem outros de forma desproporcional e violenta – também correndo o risco de tira a vida de outro -, é muito grande. É necessário o monitoramento contínuo, já que os profissionais que atuam na segurança pública estão sujeitos à elevados riscos à saúde mental.

O agente de Segurança Pública é um ator social de extrema importância na comunidade onde ele está inserido. Sua função, de proteger a população e administrar crises, tem papel funcionalista essencial, portanto, já sempre esperada pela população. Essa expectativa e responsabilidade de frequentes resultados positivos, acoplado às demandas cotidianas, ampliam o nível de estresse do profissional, instigando, nele, possibilidades de estado nervosismo, ansiedade, abusos de substâncias, fobias, depressão, doenças psicossomáticas, podendo chegar até ao pânico.

Estar em estado de prontidão para qualquer situação, com a estrutura psicológica sempre direcionada para a missão de servir e de proteger, mesmo com a própria vida em caso de necessidade, desgasta o estado psicossocial, afetando o biológico. Atrás da farda existe um ser humano. Pai, mãe, filho, avô, tio, namorado, etc. Sujeitos que têm suas representações sociais identitárias pautadas numa multiplicidade de estados de pertencimento. Muitas vezes, estes profissionais carregam cargas elevadas de situações de sua própria vivência social, problemas familiares, complexidades financeiras, e outras questões, que acoplam ao já tenso estado de vigilância do profissional militar.

Portanto, é necessário cuidar da mente, para poder cuidar dos outros. Em muitos casos, os profissionais de Segurança Pública são alocados para situações de gerenciamento de conflitos, e espera-se que ele tenha habilidade emocional, de autocontrole, não tenha medo e não demonstre fraqueza. Há uma expectativa grande nas ações dos policiais, porque são atores sociais com alta carga de representação social, como símbolos de solução.

A nova lógica de atenção à saúde mental requer compreender o sujeito como um todo, como um ser que sofre, que enfrenta momentos desestabilizadores, como separação, luto, perda de emprego, carência afetiva, entre outros problemas cotidianos que podem levá-lo a procurar ajuda. Dessa forma, este modelo deve prestar uma atenção à saúde voltada à integração social do sujeito, procurando mantê-lo em seu contexto familiar e comunitário. Assim, família e comunidade servem como suporte fundamental para que o sujeito crie vínculos, produzindo novos modos de viver em sociedade revertendo o modelo manicomial. (SANTIN; KLAFKE, 2011, p. 148).

Como se fossem heróis que sempre estarão de prontidão para servir. Esta relação de sentido a que é atribuído aos profissionais de segurança é muito importante, para os próprios, inclusive, que sentem – se felizes em poder apresentar resultados afirmativos. Mas, também é uma carga emocional muito grande, como se operassem na linha do limite do transtorno mental o tempo todo. É preciso compreender que não basta ao agente de segurança apenas o preparo físico, técnico e tático; se não houver investimento e cuidado com seu preparo emocional, esse profissional não será capaz de desempenhar plenamente suas atividades.

Por isso se faz importante a produção de pesquisas, sob o aporte da análise quantitativa e qualitativa a respeito da forma de gestão de produção destes profissionais, a condição de cuidados e estratégias para a proteção da saúde emocional. As possibilidades de minimizar efeitos de impactos na saúde, de operacionalizar a partir de atitudes de prevenção e observação, ampliando, assim, a qua-

lidade de vida dos agentes, que, em consequência, se firma como qualidade de atuação laboral.

Este presente artigo busca esta reflexão, sobre o direcionamento de ótica para a realidade situacional pessoal, emocional e laboral dos profissionais de segurança pública, como os policiais militares, levando em consideração, todos os efeitos que se operam.

Segurança Pública como direito constituído

Temos como ciência plena que a Segurança Pública é um constructo de normativas instituídas, inclusive, pela própria Constituição Federal, que em seu artigo 144, define a segurança pública como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988). Todo cidadão tem o direito à proteção do Estado, articulado, em suas múltiplas estruturas, pelos órgãos instituídos e os profissionais especializados, que organizam os mecanismos de atuação direta e as ferramentas necessárias para a garantia da proteção.

Faz-se necessário destacar no que tange a disposição legal, a garantia da segurança pública não se efetiva de forma simples, já que sua complexidade abarca outras questões além da integridade física dos sujeitos. A segurança não se define apenas por um estado físico mensurável, mas envolve o sentimento subjetivo de “estar seguro”, associado à necessidade humana básica da fuga da dor (SALINEIRO, 2016).

De acordo com Souza e Albuquerque (2017), esta articulação de ações estratégicas que norteiam o campo da Segurança Pública, não tem como foco apenas o cuidado com o sujeito ator externo, mas, também, abarca os próprios profissionais de Segurança, que são protegidos, pela legislação, em razão de sua condição cidadã. Indivíduos e instituições têm resguardado o direito à proteção que precisa ser garantida pelo Estado Democrático de Direito. Este mesmo Estado é quem faz o processo de articulação, por meio do engendramento estrutural dos organogramas, acionando o sistema institucional de segurança pública em diversos âmbitos, desde as

ações de natureza policial, passando pelas jurídico-penais, judiciais ou de polícia penitenciária. Costa (2010) destaca que as ações de prevenção se opera, primeiramente, no âmbito da prevenção e, na sequência, em razão do nível do estado de crise, com a presença e instrumentos do policiamento.

O mesmo autor também destaca o alto nível quantitativo de manifestações de violência e crimes, que nos últimos anos tem evidenciando, ainda mais, os problemas de segurança pública no país, requerendo, portanto, atitudes ainda mais planejadas e afirmativas, para que a polícia possa enfrentar os crimes organizados e a violência que cresce de forma desordenada. E, isso, demonstra o risco também cada vez mais acentuado da atividade profissional dos policiais.

O que se expressa nesta parte temática do presente artigo é que os profissionais de segurança pública também perpassam por necessidades diversas, no âmbito da proteção, já que são sujeitos que vivenciam a experiência do conflito e, em razão disso, ancoram suas expectativas de proteção nas legislações e nos ordenamentos que se estabelecem reconhecendo-os. E, este reconhecimento, que na verdade são instrumentais afirmativos de atendimento à demandas, inserem-se no contexto biopsicossocial, portanto, no contexto de atenção ao corpo, à mente e às formas de interação social, que ajudam a solicitar estratégias de atendimento e proteção.

Para Mendes (2013), o aspecto da saúde que atua nesta tríade biopsicossocial na relação com a segurança pública brasileira, permeia pela compressão da importância da utilização, por parte das corporações, de métodos preventivos de investigação, monitoramento sobre alterações psicossociais. O autor indica, dentre outras estratégias, a contratação de psicólogos para atuação em diversas áreas, realização de grupos de encontro para atendimento do público-alvo e que os atendimentos prestados fossem extensivos à família dos agentes, considerando as implicações do trabalho na segurança pública também aos familiares desses profissionais.

A possibilidade de incidência significativa de transtornos mentais e patologias físicas como, por exemplo, elevação da pressão arterial, baixa imunidade e condicionamento físico, inserção em vícios que acabam acometendo ainda mais a desestruturação psi-

cossocial, se intensifica muito quando o sistema de pressão impera. Faz-se necessário destacar que os profissionais de segurança pública, policiais, são considerados imagetivamente como referências. Há um campo de representação social importante.

Mas, em muitos casos, chama a atenção o fato de que, muitas vezes, policiais são tidos pela população como violentos e imprevisíveis, sobretudo, a população que vive em área periférica. É claro que casos de abusos de autoridade, ou erros na condução de operações, em casos existentes, são direcionados a uma corregedoria que avalia e pune de forma exemplar, para que não seja minimizado o estado de confiança da população com a instituição. Mas, isso também pode ser um objeto de estudo para os que pesquisam e se preocupam com efeitos das patologias socioemocionais, associando ações que fogem do campo do controle, em situações de crises.

É uma profissão de intensa dedicação, já que muitas vezes precisa lidar com situações traumáticas e conflitos caóticos que podem, de certa forma, atingir a percepção social e psicossocial, requerendo cuidados. O policial lida com a morte de vítimas, de criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida pode estar sob risco. Este tema, portanto, é uma constância. Devido a este intenso ataque ao estado emocional, é importante o momento – durante a sua folga –, de relaxamento, ambiente familiar saudável, horas de repouso, os quais podem contribuir com um melhor equilíbrio mental.

As pesquisas que envolvem o contexto do estresse são diversas e identificam fenômenos que ajudam a associar com realidades situacionais complexas vividas, principalmente, por profissionais de funções que em dado momento estão próximas de perigo. De acordo com Benevides-Pereira (2002), os profissionais que trabalham em funções diretamente na assistência dos outros, estão suscetíveis ao estresse. Os sintomas podem ser definidos da seguinte forma: fadiga constante e progressiva, dores musculares, distúrbios do sono, perturbações gastrintestinais.

Ele explica que podem ocorrer também falta de atenção e concentração, alterações da memória, baixa autoestima, labilidade

emocional, impaciência e dificuldades comportamentais associadas à negligência ou escrúpulo excessivo, a irritabilidade e aumento da agressividade, a dificuldade de relaxar, ao alto consumo de substâncias, ao risco de suicídio e aos sintomas defensivos que tangem tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho, ironia e cinismo.

A relação específica dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho conta, hoje, com 12 grupos de doenças mentais, dentre as quais se destacam o alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de estresse pós-traumáticos, neurastenia (síndrome da fadiga crônica), neurose profissional, transtornos do sono e sensação de estar acabado (síndrome de burnout e a síndrome do esgotamento profissional). (VASCONCELOS; FARIA, 2008, p. 455).

O trabalho é um fator relevante na saúde mental e está presente na organização de sentidos e, em consequência de conflitos biopsicossociais, como, por exemplo, a relação de alegria – tristeza, satisfação – insatisfação, saúde – doença, prazer – sofrimento, entre outras formas de manifestações dos sentidos que se opera expressamente no comportamento de um sujeito que vivencia a luta pela estabilidade emocional.

Sabe-se que o trabalho do profissional de Segurança Pública requer uma série de esforços que pairam pelo campo das ações de prevenção, ação ostensiva, combate direto aos criminosos, investigações, e uma série de outros aspectos norteadores que embasam o trabalho destes profissionais que são muito importantes para o bom andamento da ordem pública e do cumprimento da justiça. Além destas ações diretas, agentes como a Polícia Militar, por exemplo, ainda são convidados a integrarem os Conselhos Comunitários, tamanha a importância de suas falas, observações, orientações e dados informacionais sobre as realidades situacionais da comunidade no que tange à segurança pública.

Se faz importante refletir que os policiais são atores sociais ativos dentro dos cenários onde estão inseridos, portanto, referên-

cia de proteção, cuidados, solução. Estas cargas envoltas à missão, por vezes, podem ser muito grandes e, como ser humano, muitos destes profissionais, que também têm suas famílias e conflitos sociais e pessoais, podem permear por diversas lutas internas que acabam comprometendo a saúde emocional e física.

Conclusão

O presente artigo envereda-se por um tema bastante delicado e muito importante, principalmente na contemporaneidade, com o avanço de ações de crimes organizados, complexidades de ajustes no controle biopsicossocial, advindos dos conflitos que os profissionais de segurança pública, entre os quais, os policiais militares, vivenciam na experiência laboral. É fato constatado, o profissional que atua nesta área encontra-se sob alto e constante risco de adoecimento psíquico, devido às pressões e exigências de seu fazer profissional, que inclui possibilidades reais de sofrer lesões e até mesmo perder a vida em proporções muito maiores do que a população em geral.

Outro aspecto fundante desta reflexão são os traumas que podem tornar-se psicossomáticas, em razão do enfrentamento direto que resulta em mortes de vítimas, ou dos próprios criminosos, ou ainda de companheiros de trabalho. Estes contatos diretos com o conflito e tensão, também operacionalizam fortes frentes de impactos na psiquê humana.

E o profissional que vivencia esta experiência, acaba tendo que lidar com estes conflitos, às vezes sem ajuda. Soma-se à isso, o fato de que o profissional é um sujeito que também tem suas relações externas, com outros polos de possíveis conflitos. Por isso é importante que, no tempo em que encontra-se ladeado pela família, precisa atentar-se à importância de buscar paz. Encontrar os caminhos para que a saúde mental seja cuidada com atenção é o grande desafio de profissionais que atuam em ações de risco, como os policiais.

Por isso, faz-se necessário a atenção contínua, para que os efeitos das complexidades sociais não interfiram na condição física,

vindo a prejudicar o bem estar do trabalhador, como, também, vindo a prejudicar o estado laboral.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria. (Org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília – DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

COSTA, Adriana da Câmara; ESTEVAM, Ionara Dantas. **Depressão em policiais militares**: uma possível decorrência das atividades laborais. 2014. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-da-saude/depressao-em-policiais-militares-uma-possivel-decorrencia-das-atividades-laborais>. Acesso em: 27 maio 2018.

COSTA, Marcos Antonio Cezar. Segurança Pública. **Revista Núcleo de Criminologia**. Paracatu – MG, n. 7, nov. 2010. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/Revista_Nucleo_Criminologia_07.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

MENDES, Evaristo de Oliveira. **A saúde psicossocial na segurança pública brasileira**. TCC (Especialização) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro: ESG, 2013.

SALINEIRO, André. **Políticas Públicas em Segurança Pública e Defesa Social**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. **A família e o cuidado em saúde mental**. Barbaroi, n. 34, p. 146-160, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-65782011000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2021.

SOUZA, César Alberto; ALBUQUERQUE, Marinson Luiz. **Segurança**

Pública: histórico, realidade e desafios. Curitiba: Intersaberes, 2017.

VASCONCELOS, Amanda de; FARIA, José Henrique de. Saúde Mental no Trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6X46nvFMKpmcLKv7HnYx76R/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2018.



9

Representações e perspectivas psicossociais: o agente de segurança pública e o seu papel social na comunidade

Renata Mariely dos Santos

Não apenas o campo das pesquisas sobre a psicologia da comunicação – verbal e não verbal – no universo da integração e socialização laboral dos profissionais de Segurança Pública – entre os quais os policiais militares –, são nortes de pautas para um debate aprofundado. Também existem outros aspectos que relacionam-se, amplamente, com a saúde mental destes profissionais, entre as quais, as condições de preparação e cuidados contínuos, a consequência em outras esferas da saúde física – por exemplo, patologias como hipertensão, diabetes, problemas cardíacos – e a depressão, que acaba ocasionando problemas familiares e até suicídio. É preciso pensar este aspecto da saúde emocional do policial, sob o viés da atenção continuada. E isso se opera, de sobremaneira, quando expressa-se ações estratégicas de saúde.

As tensões vivenciadas pelos profissionais de segurança são diversas, pois eles, mesmo quando já não estão em atuação laboral direta, estão em alerta máxima o tempo todo, visando proteção de si, dos seus familiares, e em atenção a possíveis chamamentos de urgências. Os policiais são profissionais que doam o tempo, a saúde, e às vezes até a própria vida em defesa da população. Portanto,

estão na esfera daqueles que carregam, na farda e na vida, a missão de defender e proteger os cidadãos contra criminosos e malfeitores. Esta vigilância contínua, acaba construindo um arcabólso de vulnerabilidades que precisam ser cuidadas o tempo todo. A principal é a atenção psicossocial.

Os profissionais deste setor, no Brasil, sofrem com uma crescente da violência e criminalidades de diversas formas. Esta é uma temática que interessa o viés acadêmico, político, social. Para um bom exercício profissional, o militar deve saber lidar com o conjunto de tarefas a ele conferidas e não se abster de cumprir suas obrigações, mesmo que isso implique em algum dilema pessoal (GASPARINI, 2001; JESUS, 2001). Esta concepção é clara na atuação laboral dos profissionais. Quando vestem a farda, que simbolicamente é um poderoso escudo de proteção e símbolo de referência ao povo, eles atuam com uma postura de luta pela defesa à vida. E quando tiram a farda, não dissociam-se. São profissionais que lidam com uma constante mobilização de sentidos e enfrentamento de sensações positivas e negativas.

Mirabete (1998) e Guimarães (1999) destacam que esta missão laboral dos policiais militares e demais profissionais da área da segurança, não se resume ao serviço diário estabelecido na programação de atenção. A função implica em um sentido de estado de alerta, mesmo quando o profissional está em momento de descanso, com sua família ou em outras atividades pessoais. A profissão do policial requer que este indivíduo atue no confronto contra a conduta irregular ou criminosa da sociedade, defendendo cidadãos. Por isso, as afirmativas destes autores vem ao encontro do que se estabelece como missão perpetrada. Não obstante, faz-se necessário ainda destacar que, além do estado de alerta explicitar a missão de proteger o próximo, também justifica-se pelo fato de que os próprios agentes e policiais vivenciam o receio contínuo de ataque pessoal. Por isso, é um misto de sensações a ser administrado pela psiquê humana destes profissionais, tão valorosos para a democracia – já que atuam na defesa direta dos direitos constitucionais e fundamentais garantidos no âmbito da proteção e segurança.

No tocante ao aspecto psicossocial e o enfrentamento de desafios nesta vertente, faz-se importante destacar que profissionais de segurança pública sofrem intervenções de vários fatores negativos que geram estresse extremo. O cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional podem levar esses e quaisquer outros profissionais a assumirem atitudes, que podem ser erradas ou mal interpretadas, durante crises e situações caóticas. Assim, tais atitudes podem levar à falta de eficácia no desempenho do exercício profissional, expondo os policiais e a população em geral a perigos em potencial. Valla (2002) enaltece esta função laboral dos agentes de segurança, se firma por exigir do indivíduo inúmeros sacrifícios, inclusive o da própria vida, em prol da vida do outro, quando em caso de extremidade em situação de conflitos.

Infelizmente, a morte é uma realidade na vida deste profissional, já que ele precisa saber lidar e ter controle emocional para lidar com a morte das vítimas, dos criminosos, dos próprios companheiros de trabalho e também com a ideia de que sua própria vida corre perigo. Isso afirma o quanto estes profissionais atuam em constante situação de complexificação psicossocial, por vezes, interferindo, diretamente, na qualidade de sua atuação laboral ou das suas relações interpessoais, além, claro, das problemáticas envolvidas a qualidade da saúde física, que pode ser acometida por patologias diversas. Uma realidade situacional, no âmbito da qualidade de vida, afeta outra realidade situacional. Do corpo, da mente, das interações. Se não promover um cuidado contínuo com esta esfera determinante do corpo humano, naturalmente, problematizará sua presença social e seu trabalho. Na atividade policial, por se tratar de uma atuação profissional tão perigosa, há que se considerar que um ambiente familiar saudável e horas de repouso e lazer poderiam contribuir para um melhor equilíbrio mental na realização das muitas tarefas profissionais.

Faz-se necessário destacar que o profissional de Segurança Pública lida com situações de tensões e complexidades. Desta forma, as vulnerabilidades e o estresse explicitam agravamentos diversos que permeiam pela sensibilidade psicossocial, podendo desencadear

respostas de alerta e até mesmo levá-lo à morte. Benevides-Pereira (2002) destaca, no entanto, que os agentes de segurança que trabalham em funções diretamente na assistência dos outros, estão suscetíveis ao estresse.

Os sintomas podem ser definidos da seguinte forma: fadiga constante e progressiva, dores musculares, distúrbios do sono, perturbações gastrontestinais. Podem ocorrer, também, falta de atenção e concentração, alterações da memória, baixa autoestima, impaciência, irritabilidade e aumento da agressividade, dificuldade de relaxar, alto consumo de substâncias, ao risco de suicídio e aos sintomas defensivos que tangem tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho, entre outros aspectos.

Nesta vertente, os processos mentais e sua manutenção por parte do indivíduo fazem com que haja um equilíbrio na psique humana, auxiliando para que as perturbações do dia a dia não desenvolvam patologias e não causem a sensação de esgotamento, contribuindo no sentido de fornecer subsídios para o enfrentamento das agitações do cotidiano, que vem sendo cada vez mais conturbado e exigindo muito das pessoas a partir da contemporaneidade.

Portanto, destaca-se na reflexão, que a identidade de representação social construída do policial permanece tão intrínseca nos indivíduos e intimamente atrelada à função profissional, durante toda a vida, que não ocorre mais uma dissociação entre eles e a profissão, o que leva esses profissionais a se comportarem sempre conforme foram treinados, atuando de maneira semelhante em todas as dimensões de sua vida e em qualquer situação, mesmo no momento em que não estão em horário de trabalho, durante as folgas ou, inclusive, quando aposentados (SPODE, 2004).

Quando não há patologias severas e quando há um equilíbrio psíquico e emocional nos sujeitos, considera-se, portanto, a existência de um estado de saúde mental em bom funcionamento. Todo sujeito está suscetível de descontrole emocional, pois temos uma constância de situações problemas, inerentes ao ser humano, que descompata a forma como reage diante das situações diversas que necessitam de

maturidade emocional, controle, para construção de pontes e soluções. Todos vivenciamos problemas e embates subjetivos, com outros sujeitos, seja no trabalho, na família, nas relações interpessoais que podem, ou não, somar à realidade da saúde emocional.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere.” Indica, então, o que vínhamos apontando, aqui, até o momento: a qualidade laboral está associada à qualidade psíquica. Isso quer dizer que o cuidado com o estado emocional precisa ser tão amplamente difundido e acatado, como o cuidado em que muitos profissionais desta área da segurança têm com o corpo, com as atividades físicas.

A mente precisa estar controlada. E este não é um processo fácil. Tanto as funções psicológicas básicas, quanto às mais complexas, precisam estar em acordo, em consonância, com o compromisso de cuidado pessoal e laboral, já que engloba emoções, pensamentos, raciocínio, percepção, lógica, memória, entre outros aspectos.

A nova lógica de atenção à saúde mental requer compreender o sujeito como um todo, como um ser que sofre, que enfrenta momentos desestabilizadores, como separação, luto, perda de emprego, carência afetiva, entre outros problemas cotidianos que podem levá-lo a procurar ajuda. Dessa forma, este modelo deve prestar uma atenção à saúde voltada à integração social do sujeito, procurando mantê-lo em seu contexto familiar e comunitário. Assim, família e comunidade servem como suporte fundamental para que o sujeito crie vínculos, produzindo novos modos de viver em sociedade revertendo o modelo manicomial. (SANTIN; KLAFKE, 2011, p. 148).

A busca pelo equilíbrio é uma ação de constância, necessária, já que implica na observação de que o sujeito se divide em várias facetas. Ele é o pai de família, o trabalhador, o amigo, filho, avô ou neto, acadêmico, artista, entre outros. Cada um deste tipo de sujeito subjetivo se impera durante o dia sob a psiquê de um sujeito. Por-

tanto, há a necessidade de compreensão da importância do cuidado e equilíbrio emocional. Estes vários sujeitos – ou personalidades –, influenciam, diretamente, no controle ou descontrole emocional. O agente de segurança pública não é diferente. Ele é um sujeito formado por construções sociais diversas e percepções de mundo, também diversos.

Para Vasconcelos e Faria (2008), “as práticas de Saúde Mental nas organizações coexistem com uma pressão por produtividade crescente, num ambiente extremamente competitivo, no qual o indivíduo deve estar sempre pronto para mudar e se adaptar às demandas do mercado”. Esta reflexão explica o quanto o mercado e a função laboral acaba sendo desafiadores para o estado emocional, em razão do fato de que há uma constante corrida contra o tempo para atingir metas, angariar elevações, permanecer à luz dos superiores.

É uma pressão psicossocial constante que pode acarretar em complexificações em áreas como família e desenvolvimento interacional. Ampliar o redirecionamento de ótica para a realidade situacional é importante para mobilizar coerência sobre a missão a qual os profissionais de segurança pública, entre os quais o policial militar, assume como bandeira em sua vida laboral.

Subjetividade e representação social

O Policial Militar é um agente social extremamente importante nos espaços sociais onde ele figura no campo laboral. Sua presença, sua imagem, traz uma construção de sentidos que se estabelece como imagem de proteção, de confiança, de referência. Este tópico do apontamento a qual se propõe aqui a refletir, permeia por esta questão da referência.

A teoria das representações surgiu em meados da década de 1960 com a publicação da obra *La psychanalyse: son image et son public* (A psicanálise, sua imagem e seu público) do psicólogo social romeno naturalizado francês Serge Moscovici. Na obra, ele lança as bases de uma teoria que pudesse fornecer à psicologia social

elementos teóricos e práticos, que desde um estudo centrado não apenas numa abordagem de natureza individualista, mas uma abordagem que favorecesse analisar os aspectos individuais e sociais no contexto real da vida social.

Ou seja, não apenas a identidade do sujeito, mas, também, as intervenções sociais que o ajudam a construir a subjetividade humana e o seu papel no cenário onde está inserido. Para Moscovici (2003), a sociedade se caracteriza não só pelos seus aspectos econômicos e políticos, mas ele aponta a dimensão psicológica da sociedade. Somos sujeitos com experiências, expectativas, missão social, leituras subjetivas, sentidos e afetos. Os atores sociais que atuam diretamente na proteção social, como os agentes de segurança pública, têm sua imagem muito fortemente associada a um herói que precisa estar o tempo todo de prontidão para o combate. Mas eles também são sujeitos sociais.

Suas representações dividem-se em institucional e pessoal, já que mesmo ao levar para a casa a simbologia e a missão, ele também é um sujeito com sentidos diversos que se operam na construção destas subjetividades. Para Jodelet (2001, p. 26) as representações sociais, devem ser estudadas, considerando a amplitude de elementos que convergem em sua constituição, afetivos, mentais, sociais: [...] “integrando - ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir.”

Portanto, faz-se necessário observar que o entendimento sobre a representação social deste sujeito requer a compreensão de que ele vivencia a experiência de tensões e conflitos que ultrapassam o campo do conflito físico diante de operações militares contra bandidos.

Estes agentes também vivenciam situações de tensão pessoal que pode, em determinado nível de estresse, intervir prejudicialmente na qualidade de vida, na condição psicossocial e na saúde física. O presente artigo busca refletir sobre estes papéis, tão diversos, vivenciados por estes atores sociais, que são exemplos e referências.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.). **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem estar do trabalhador. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GASPARINI, D. **Direito Administrativo** São Paulo: Saraiva, 2001.

GUIMARÃES, A. F. O contrato de trabalho do policial militar. **Revista Direito Milita da Associação dos Magistrados das Justças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 3, n. 17, p. 6-8, mai./jun. 1999.

JESUS, F. **Psicologia aplicada à justiça**. Goiânia: Editora: AB, 2001.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Ed.). **As representações sociais**, Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 17-44.

MIRABETE, J. F. **Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 1998.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: S. Moscovici (Ed.), **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 29-109.

SANTIN, G.;KLAFKE, T. E. A família e o cuidado em saúde mental. **Barbarói**, 34, 2011, p. 146-160.

SPODE, C. B. **Ofício de oficial**: trabalho, subjetividade e saúde mental na polícia militar Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VALLA, W. O. O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia. **Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justças Militares Estaduais**, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.

VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. Saúde mental no trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n3/16.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2021.



10

Interfaces em comunicação e educação: uma estratégica construção de novos paradigmas

Tiago Silvio Dedoné

A educação está mudando seu paradigmas discursivos. Novas formações instrumentais estão possibilitando caminhos para o entendimento deste binômio comunicação e educação, sob o viés da ampliação do diálogo e das interações. E isso tem sido possível graças às novas tecnologias que se aportam neste constructo de novas visões sobre didáticas e sobre instrumentos de ensino e avaliativos que se operam nestes espaços do saber e do pensar. Não tem como correr mais desta interface de campos, portanto, é preciso ampliar reflexões e investigações de fenômenos sobre quais aspectos positivos e negativos se fundam nesta operacionalização de planejamento pedagógico de convergência.

Antes de permearmos por algumas destas reflexões específicas sobre as novas tecnologias e o papel da comunicação na gestão destes espaços escolares, precisamos tecer algumas reflexões sobre a essência do ato de comunicar. Alguns autores contemporâneos chamam de ecossistemas comunicacionais democráticos, este fomento de espaços enriquecidos de diálogos entre sujeitos dentro dos espaços da educação formal, não formal ou informal, o que estabelece uma práxis social de contemplação às especificidades culturais dos

sujeitos envolvidos. Isso vem ao encontro do que tecia Paulo Freire, em sua concepção de dialogicidade; ou, Vigotski, em sua perspectiva interacionista.

A comunicação é um bem social. E, se assim se firma, é um constructo de intervenção poderoso capaz de aflorar sentidos e propiciar caminhos para um processo de embates subjetivos (leituras de mundo). Quando se proporciona projetos pedagógicos onde os sujeitos do ambiente relacionam-se em trocas constantes de leituras e visões de mundo sobre determinadas temáticas, constitui-se, ali, um espaço de embates afirmativos.

Desta forma, com o advento das novas tecnologias, campos de pesquisas estão, há alguns anos, buscando fomentar estudos sobre os fenômenos do uso das mídias em sala de aula. E, quando fala-se de mídias, há uma diversidade de ferramentas instrumentais à disposição. Na verdade, parte delas, sempre estiveram à disposição. Mas, não eram inseridas como ferramentas possíveis de serem trabalhadas na escola porque faziam parte de uma outra esfera de campo de atuação e de estudos. Hoje, estas barreiras quebraram-se.

É possível encontrar diversos exemplos de escolas que estão trabalhando a produção de podcast, audiovisual (curta-metragem e vídeo – documentário), rádio – escola, produção de jornal, blog, fotografias, entre outros. Há uma diversidade de possibilidades que figuram neste campo de produção didática. Setton (2011) enaltece que a cultura midiática na escola pode despertar uma gama de possibilidades criativas para interação, desenvolvimento cognitivo, de interações, proporcionando campo para uma construção da subjetividade humana. A produção midiática está relacionada a percepção da estética, não apenas a visual, mas, também a da linguagem, que opera as relações e as produções de sentidos nos espaços onde estes atores sociais estão inseridos.

Ela produz significados, veicula sentidos e símbolos morais e sociais. Ela, ao oferecer uma carga informativa, tem a capacidade também de propor e impor significados. A cultura aqui é concebida com a capacidade de integrar, manter a comunicação e, ao mesmo tempo, oferecer um corpo de categorias de pensamento e julgamento. (SETTON, 2011, p. 25).

Ao propor projetos pedagógicos neste norte de construção, os professores e gestores escolares atuam na formulação de um novo campo, que privilegia as interações e as descobertas de novos sentidos através do protagonismo na produção de mídia, dinamizando, assim, processos de ensino e aprendizagem.

Várias são as reflexões epistemológicas pensadas ao longo dos últimos anos sobre esta intersecção. O presente artigo busca trazer uma destas reflexões científicas, chamada de Educomunicação, cujo a teoria fundamentou-se no final dos anos de 1990 pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA- USP).

Pesquisadores das áreas da educação, comunicação, sociologia, filosofia, artes, ciências políticas, entre outros – do Brasil e de outros países do mundo –, reuniram-se, durante três anos para fundamentar uma reflexão epistemológica que pudesse ajudar a explicar esta relação das mídias com a educação e os efeitos que poderiam ser concretizados na formação de professores, na dinamização da prática docente e no campo de interesses dos alunos. O campo da educomunicação se firma como uma área teórica, neste período, vindo, posteriormente, a tornar-se uma área de ciência, comprovada através das produções epistemológicas, implementação de políticas educacionais e análises dos efeitos.

Não é entendido somente como uma área voltada à compreensão dos efeitos da mídia sobre os usuários e sim, um campo que inaugura um novo paradigma discursivo transversal, estruturando-se, pois, de um modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social. (SOARES, 1999, p. 65).

Este termo, Educomunicação, foi cunhado, primeiramente, por um professor argentino, naturalizado uruguaio, chamado Mário Kaplún, importante estudioso da América Latina dos anos de 1950 à 1980, que tecia suas reflexões acerca das possibilidades de uso dos recursos de mídia em sala de aula. Ele denominava as pesquisas,

na época, como *educación a los medios*, ou conceito da *educação comunicativa*. Mais tarde chamou de Educomunicação.

As reflexões de Mário Kaplún, juntamente com as dos demais cientistas e pesquisadores que estavam enveredados na construção epistêmica de um novo campo de ciência, resultaram na ressignificação da Educomunicação, dando novo corpo de observações de fenômenos.

Nasceu a área teórica – que mais tarde veio a tornar-se uma área de ciência de grande intervenção em todo o mundo. Neste campo teórico, se estabelece a compreensão de que o professor e o aluno precisam apropriar-se do contexto da produção de mídia nestes espaços do saber. Isso porque, para o professor, levar estas ferramentas de mídias para a sala de aula dinamiza a aplicabilidade do conteúdo programático estabelecido, instiga a ampliação dos ecossistemas comunicacionais entre estes atores sociais, promove nova percepção de sentidos sobre a prática docente. Aliás, esta é a missão primordial de toda metodologia diferenciada proposta.

Esta área da Educomunicação tem sua sustentação calcada em algumas áreas de identificação: 01) Educação para os meios; 02) Gestão da Comunicação; 03) mediações tecnológicas; 04) reflexões epistemológicas; 05) expressão artística. Estes caminhos possibilitam a implementação de projetos pedagógicos que buscam a concretização da modernização de sistemas de ensino.

A escola é o ambiente natural de comunicação. É neste espaço em que as mobilizações discursivas se operam, fixando coeficientes comunicacionais que são resultados de embates das subjetividades. Os sujeitos sociais – professores, alunos, coordenadores, diretores, supervisores e demais colaboradores de uma instituição educacional – se constroem, nestes espaços, através da troca de experiências, do embate das subjetividades, de ideias, reflexões culturais, que são advindos da própria historicidade de cada um.

É por isso que o professor é o mediador de todo o processo de desenvolvimento biopsicossocial, durante a fase da formação educacional. Ele gerencia estes fluxos das informações, proporcionan-

do espaços abertos e democráticos para que os alunos pratiquem a dialogicidade, o embate das ideias e ampliação de conhecimentos.

Defendemos que é cada vez mais necessário ampliarmos as mediações escolares por meio de novos enfoques pedagógicos que visem um consumo cultural crítico e que possibilitem a criação de estratégias de uso destes meios para fins de construção da cidadania ativa, participativa, atuante no contexto da comunidade na qual a escola se insere. (OROFINO, 2005, p. 32).

Paulo Freire, uma das maiores referências no mundo em reflexões sobre o espaço dialógico e suas consequências no processo de emancipação dos alunos, destaca que é preciso compreender os fenômenos advindos desta interface. A educação problematizadora desenvolvida por ele procura decodificar o mundo e é alicerçada numa relação dialógica entre educador e educando. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1979, p. 69).

O que se estabelece na relação destes campos é a perspectiva de novas metodologias ativas, que atuam na estética e na arte do processo de educar. A comunicação acaba se tornando um elemento decisivo em duas vertentes: a primeira, no âmbito instrumental. Ou seja, na operacionalização de uma oferta de recursos que podem dinamizar as práticas sociais na docência; segundo, o viés da essência da comunicação, o processo interacionista, dialógico. Portanto, a comunicação tem papel decisivo na organização dos sentidos e da cultura do saber.

A comunicação é fator prioritário para o processo educativo e a mediação dos dois campos deve ser compreendida enquanto construção de valores éticos e estéticos. Aprender é também um processo coletivo, respeitando – se as diferenças e valorizando a criação, produção e alimentação de projetos geradores de transformação social. (SCHAUN, 2002, p. 79).

Nesta vertente de inovação, estamos permeando pela construção de novos tempos e novas possibilidades para a dinamização pedagógica. Nesta seara, nos provoca a reflexão sobre a formação do professor que, durante a graduação, se depara pouco com as ferramentas múltiplas de novas tecnologias ou métodos pedagógicos ativos. A Licenciatura é o espaço onde o aspirante a professor, realiza seus estágios acoplados aos conceitos do que há de dinâmico; quando já formado, é inspirado a perceber os efeitos das práticas inovadoras e formular as dinâmicas.

O professor será mais importante do que nunca, pois ele precisa se apropriar dessa tecnologia e introduzi-la na sala de aula, no seu dia a dia de forma pessoal e profissional, da mesma forma que um professor, que um dia, introduziu o primeiro livro numa escola e teve de começar a lidar de modo diferente com o conhecimento – sem deixar as outras tecnologias de comunicação de lado. Continuaremos a ensinar e a aprender pela palavra, pelo gesto, pela emoção, pela afetividade, pelos textos lidos e escritos, pela televisão, mas agora também pelo computador, pela informação em tempo real, pela tela em camadas, em janelas que vão se aprofundando às nossas vistas [...]. (GOUVÊA, 1999, p. 139).

A área da educação pelo / para /com os meios

O principal caminho de discussão acerca da “Educação para os Meios” (leia-se Meios de Comunicação) diz respeito à profunda reflexão dos impactos e influências que eles exercem no desenvolvimento do processo de construção do conhecimento, seja na educação formal e/ou informal, pela legitimidade de sua presença e pela produção de sentidos que opera. Estas ações são voltadas para a análise do impacto social, as implicações da comunicação mediaticizada, a participação e a modificação do modo de percepção que ela propicia, promovendo, em decorrência, a necessidade de um condicionamento crítico apurado e, conseqüentemente, criador, privilegiando o acesso e o uso autônomo e livre dos recursos e linguagens da comunicação para a expressão dos indivíduos e grupos sociais. A mídia se afirma como uma importante matriz de cultura:

Ela produz significados, veicula sentidos e símbolos morais e sociais. Ela, ao oferecer uma carga informativa, tem a capacidade também de propor e impor significados. A cultura aqui é concebida com a capacidade de integrar, manter a comunicação e, ao mesmo tempo, oferecer um corpo de categorias de pensamento e julgamento. (SETTON, 2011, p. 25).

Esta reflexão se afigura na relação entre os polos do processo de comunicação, especificamente nos estudos de recepção, e no campo pedagógico pelos programas de formação de receptores autônomos e críticos frente aos meios, como: “Educação para a Comunicação”, “*Media Education*” ou “*Media Libraty*”. Na América Latina, por exemplo, este estudo é conhecido como “Leitura Crítica dos Meios”, “Educação para a Televisão” ou “Educação para os Meios”. Estas afirmações nos levam a compreender que sem um aporte pedagógico consistente de educação para os meios – alfabetização midiática –, o educador corre o risco de reproduzir, dentro do contexto escolar, a ausência de pluralidade e diversidade característica da grande mídia, da mídia de massa.

A escola é o ambiente de intersecções, de encontros de sentidos e de novas práticas que fomentem caminhos para a emancipação dos alunos. O uso de recursos de tecnologias pode contribuir com este novo paradigma e agir numa mediação de processos e projetos.

Defendemos que é cada vez mais necessário ampliarmos as mediações escolares por meio de novos enfoques pedagógicos que visem um consumo cultural crítico e que possibilitem a criação de estratégias de uso destes meios para fins de construção da cidadania ativa, participativa, atuante no contexto da comunidade na qual a escola se insere. (OROFINO, 2005, p. 32).

Acaba, portanto, a instituição educativa tornando-se uma agência de práticas de recepção crítica e de produção para o encaminhamento de processos que figuram no campo das modernas práticas dinâmicas de aprendizagem. Espaço onde se discute a concepção de

novas mídias na sala de aula, como recurso para o ensino. A comunicação apresenta-se como elemento-chave no planejamento, execução e avaliação de todo o processo ensino-aprendizagem, isto é, a gestão da comunicação é parte integrante da gestão de projetos educacionais. A escola exige transformações curriculares que vão desde o planejamento até a avaliação, passando pela formação profissional.

Ainda são muitos os obstáculos a serem ultrapassados para se alcançar as transformações necessárias à educação que se idealiza sob o novo paradigma da complexidade, mas os desafios estão sendo superados com o reconhecimento da necessidade de se discutir, principalmente no processo de formação do professor, as tecnologias educacionais. A educação, hoje, vive o desafio de desenvolver-se sob novos princípios, de reconstruir-se sob um novo paradigma. Não mais é possível adotar currículos tradicionalistas. É preciso pensar em uma arquitetura curricular que contemple a intersecção destes campos.

Mediações Tecnológicas: possibilidades para novas intervenções educativas

Há uma diversidade de complexidades que se operam no momento da formulação de novas formatações pedagógicas. Infraestrutura, equipamentos e recursos, capacitação dos professores e gestores, além do campo do interesse dos professores/gestores e alunos em experienciar processos. Baccega explica, ao relatar sobre os desafios da relação entre estes campos, que a ação se operacionaliza a partir dos interesses de transformação, pois há, de fato, aspectos complexos, que segundo ela, tensionam esta relação.

A autora explica que a “complexidade obriga a inclusão de temas como mediações, criticidade, informação e conhecimento, circulação das formas simbólicas, ressignificação da escola e do professor, recepção, entre muitos outros”. (BACCEGA, 2004, p. 384).

O campo da mediação tecnológica é um desafio para todo professor. Mas, também, para os alunos, que têm certos domínios informáticos ou de recursos, mas, precisam de atores que os auxiliem na mediação do conhecimento por meio deste recurso. Neste caso, a mediação do conhecimento se dá sob o aporte de um plane-

jamento estratégico, que envolve didática, perspectivas da cognição, produção de sentidos. Moran (2006) vem destacar esta especificidade, ao dizer que os professores precisam enfrentar as adversidades do receio e se apropriarem das linguagens e recursos da tecnologia, visando a produção de sentidos e a produção de percursos didáticos para ajudar os alunos em sua trajetória de descobertas. A área das mediações tecnológicas é uma área em expansão, no campo das reflexões científicas e, também, no âmbito das propostas tecnológicas que surgem o tempo todo, fruto dos experimentos tecnológicos nas universidades e centros de pesquisa; como, também, propostas por empresas que desenvolvem materiais didáticos e recursos dinamizadores para os professores.

As novas tecnologias abriram espaço para pensar em uma nova cultura de absorção de conhecimentos. A aprendizagem pressupõe a interação, o diálogo, a construção de espaços para os embates subjetivos. Ismar de Oliveira Soares expressa que “estrutura-se de modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado pelos seus atores através de áreas concretas de intervenção social, que podem constituírem-se em vertentes” (SOARES, 1999, p. 65), proporcionam condições para modernizar o sistema de ensino e implementar novos sentidos à prática docente e ao processo de absorção.

Vivenciamos a experiência de um mundo multicultural, em que a própria educação é convidada, constantemente, a ressignificar processos. E isso se opera com a ampliação de ecossistemas comunicacionais nestes ambientes de troca de saber e de sentidos. Martim-Barbero enaltece que esta ótica apurada sobre o papel da comunicação e do diálogo no espaço de construção do conhecimento, oportuniza emancipação e democratização de vozes.

Conclusão

Os debates que aportam-se na nova arquitetura curricular da educação chama a atenção para a necessidade de um novo constructo baseado numa percepção de intersecção entre sujeitos alunos, gestores e professores. Esta nova interface de contribuições

estão sendo pensadas do ponto de vista das novas configurações comunicacionais, muito embasadas nas novas tecnologias, que são múltiplas, e que se acenam para um futuro que espera quebrar os paradigmas discursivos que estabelecem a forma de gerenciar os planejamentos pedagógicos.

O que se espera, na contemporaneidade, é que se analise o papel da comunicação no universo da educação. E, neste campo, reflete-se sob dois aspectos: o primeiro, acerca do interacionismo, dialogismo, da comunicação enquanto essência, a que denominam de ecossistemas comunicacional. Ou seja, analisar de que forma a democratização do fluxo do diálogo e da promoção de embates subjetivos se operam no espaço da escola.

Segundo, a comunicação vista sob o ponto de vista das novas tecnologias, dos recursos operacionais que podem ser caracterizados como ferramentas para a perpetuação de um plano de gestão de aula eficaz, que dinamize a prática docente, e que respeite a multivocalidade que existe em ambientes tão ricos de sujeitos subjetivos distintos. É na prática desta construção de relação, que se opera a proposta de modernização do sistema de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BACCEGA, Maria A. **Comunicação/educação: um campo de acção.**

Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau:** Registro de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOUVÊA, Sylvia Figueiredo. Os caminhos do professor na Era da Tecnologia. **Revista de Educação e Informática**, n. 13, ano 9, abr. 1999.

MORAN, José Manuel. **Leitura dos meios de comunicação.** São Paulo: Pancast, 1993.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos & BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

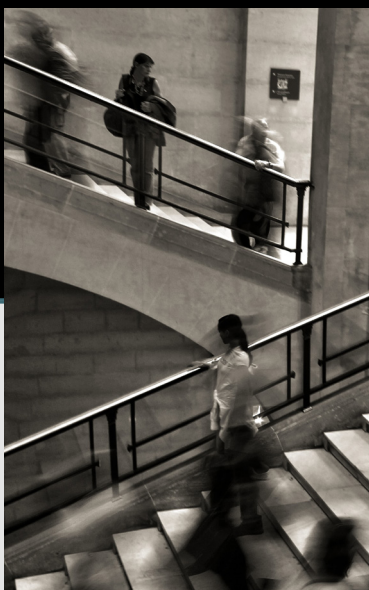
MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2014.

OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e mediação escolar: pedagogia dos meios, participação e visibilidade**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005. v. 12. (Guia da escola cidadã; v.12). 2005.

SCHAUN, Ângela. **Educomunicação**. Reflexões e princípios. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SETTON, M. da G. J. Teoria da Socialização: um estudo sobre as relações entre indivíduo e sociedade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p.711-724, dez. 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Revista Brasileira de Comunicação, Educação e Arte**, Brasília: UNB, n. 2, ano 1, p. 5-75, jan./mar.1999.



AUTORES

AUTORES

Fábio Natal Pimentel - Policial Militar da PMPR. Bacharel em Ciências Contábeis. Bacharel em Ciências Econômicas. Pós-graduação em Direito Militar.

Giovani de Oliveira Durães - Policial Militar Rodoviário PMPR; Graduação em Ciências Contábeis; Pós-graduação em Direito Penal e Criminologia. Mestrando em Psicologia Criminal, com especialização em Psicologia Forense.

Jader Aparecido Camilo - Policial Militar PMPR. Superior Tecnólogo em Processos Gerenciais (Sociedade Educacional de Santa Catarina – UNISOCIESC). Pós-graduação em Segurança Pública (Faculdade São Braz).

Kelly Angelina Dedoné de Freitas - Licenciatura em Educação Física, Pós-graduação em Educação Física Escolar; Docente na Educação Básica – Ensino Infantil e Fundamental; Docente e Tutora na Licenciatura em Educação Física (Unopar).

Kelly Paganardi Bomfim - Policial Militar PMPR. Possui Licenciatura em Educação Física (Universidade Federal do Paraná – UFPR). Pós-graduação em Direito Militar (Faculdade São Braz).

Luiz Ricardo dos Santos - Policial Militar da PMPR. Bacharel em Administração de Empresa e Administração Rural; Pós-graduação em Direito Ambiental; Pós-graduação em Direito Militar; Pós-graduação em Armazenagem de Grãos e Segurança Alimentar; Pós-graduação em Gestão Ambiental e Logística.

Renata Mariely dos Santos - Policial Militar PMPR. Possui Licenciatura em Pedagogia. Graduanda em Direito (Universidade Norte do Paraná – UNOPAR). Pós-graduação em Direito Militar.

Tiago Silvio Dedoné – Bacharel em Comunicação Social; Licenciatura Plena em Pedagogia, História, Letras, Geografia; Pós-graduação nas seguintes áreas: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; Biblioteconomia; Novas Tecnologias Aplicadas à Educação; Gestão e Administração Educacional; MBA Executivo em Marketing; Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa; Metodologia do Ensino de Artes. Mestrando em Formação de Gestores Educacionais (UNICID), Mestrando em Teoria Literária (Uniandrade). Pesquisador da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom); Docente na Licenciatura em Pedagogia (Faculdade Dom Bosco) e Docente na Educação Básica – Ensino Médio.



SYNTAGMA